



Relatório & Contas 2021

Relatório & Contas '21



SENHORES ACIONISTAS

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

01	Relatório do Conselho de Administração	5
1.1	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado	6
1.2	Governança da Sociedade	8
	Estrutura e Modelo de Governo	8
	Estrutura Acionista	12
	Órgãos Sociais	13
	Código de Conduta	14
	Política de Remunerações	14
1.3	Enquadramento da Atividade	16
	Cenário Macroeconómico	16
	Mercado de Seguros em Portugal	31
1.4	Análise de Gestão	34
	Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno	34
	Síntese de Indicadores	37
	Atividade Comercial	38
	Gestão de Ativos	39
	Custos e Gastos por Natureza a Imputar	39
	Recursos Humanos e Formação	40
	Capital Próprio e Solvência	41
1.5	Perspetivas para 2022	42
1.6	Proposta de Aplicação de Resultados	42
1.7	Nota Final	43
02	Demonstrações Financeiras e Anexo	45
03	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	107
04	Certificação Legal de Contas	113

01

Relatório do conselho de administração

- 1.1**
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado
- 1.2**
Governança da Sociedade
- 1.3**
Enquadramento da Atividade
- 1.4**
Análise de Gestão
- 1.5**
Perspetivas para 2022
- 1.6**
Proposta de Aplicação de Resultados
- 1.7**
Análise de Gestão

1.1 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

Na Aegon Santander Portugal estamos profundamente comprometidos com os nossos Colaboradores, Clientes e Comunidade.

Mantendo-se fiel à sua missão: proteger as pessoas, cuidar daquilo que lhes é mais precioso – saúde, família e bens, 2021 foi mais um ano onde a Aegon Santander Portugal superou os desafios a que se propôs. Num ano ainda significativamente marcado pela pandemia Covid-19, a Aegon Santander Portugal continuou focada em exceder as expectativas dos nossos meio milhão de Clientes, ajudando-os a planear o futuro com a confiança de que estaremos sempre ao seu lado para os apoiar. Esta é a razão de existência da Aegon Santander Seguros.

A nossa estratégia de colocar os Clientes primeiro, ter um forte propósito enquanto empresa, focando-nos onde podemos ganhar, executar com disciplina e criar valor para os nossos Acionistas, teve 3 prioridades: (i) Portfolio de produtos: com soluções de proteção ao nível de coberturas de vida e invalidez, associadas a um conjunto alargado de coberturas complementares; (ii) Serviço a Clientes: conferindo ainda mais confiança, vinculação, retenção e crescimento, permitindo-nos capitalizar na marca Aegon Santander e disponibilizar soluções mais simples, rápidas e digitais; e (iii) Solidez financeira: solidez financeira, resiliência e sustentabilidade definem a nossa estratégia, mantendo uma posição de solvência e liquidez robustas.

A confirmar a estratégia que temos seguido, foi com enorme orgulho que recebemos a distinção conferida pelos nossos Clientes, com a atribuição do Prémio Cinco Estrelas, na categoria de seguros bancários em 2021 e novamente em janeiro de 2022.

Assim, é com grande satisfação que reportamos o excelente progresso que fizemos nos nossos compromissos financeiros e estratégicos, onde em 2021, o crescimento Aegon Santander Vida ocorreu transversalmente em toda a linha de produtos comercializados, traduzindo-se num aumento de 20% do volume de prémios emitidos para 107,3M (2020: 89,3M). Continuamos a reforçar a nossa quota de mercado no segmento de seguros vida risco, distribuídos através de rede bancária, que atualmente se situa em 14,4% (2020: 12,3%).

Por outro lado, o aumento em 2021, de 25% dos custos com sinistros de seguro direto reflete o apoio e a manifesta preocupação com os nossos Clientes, nos momentos mais complicados das suas vidas.

Nesta base, o resultado do exercício apresenta uma subida de 20% para 17,7M (2020:14,8M), mantendo a Companhia uma sólida posição de capital.

Queremos prestar o tributo a todos os Colaboradores da Aegon Santander. Num ano excepcional, eles foram nada menos que excecionais. Agradecemos a todos os notáveis e contínuos esforços que permitiram atingir os resultados alcançados.

Na Aegon Santander, queremos ser uma empresa onde todos podem ser eles próprios e que sejam um reflexo dos Clientes e Comunidade que servimos, numa simbiose que pretendemos profícua para todos.

Enquanto empregador, a Aegon Santander, tem sido distinguida consecutivamente, desde 2016, como uma das Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal, atribuído pela revista Exame, numa parceria com a ManpowerGroup e a AESE e pelo segundo ano consecutivo fomos também distinguidos com o Prémio do Índice da Excelência – O valor Humano na Era Digital, coordenado pela Neves de Almeida HR Consulting em parceria com a Human Resources Portugal, a Executive Digest e o ISCTE Executive Education.

Estes reconhecimentos, alicerçados com o foco nas relações humanas, resultam do compromisso e envolvimento de todos, que diariamente se superam, e traduzem a produtividade e inovação alcançadas.

Olhamos para o futuro com confiança.

Ao longo dos 7 anos de atividade operacional da Aegon Santander, enfrentámos e superámos muitos desafios, enquanto identificámos e perseguimos novas oportunidades. Tomámos ações decisivas para apoiar os nossos Clientes, Colaboradores e Comunidades. Agora reafirmamos o nosso compromisso. Vamos construir sobre o que alcançámos até agora e continuar a transformar a organização para maior crescimento, melhor experiência de Cliente e criação de valor para os Acionistas.

É com entusiasmo que continuaremos a reportar o progresso da Companhia e agradecemos o contínuo interesse na Aegon Santander.

Tomás Alfaro
Presidente do Conselho de Administração

Tiago do Couto Venâncio
Administrador Delegado

1.2 Governança da Sociedade

ESTRUTURA E MODELO DE GOVERNO

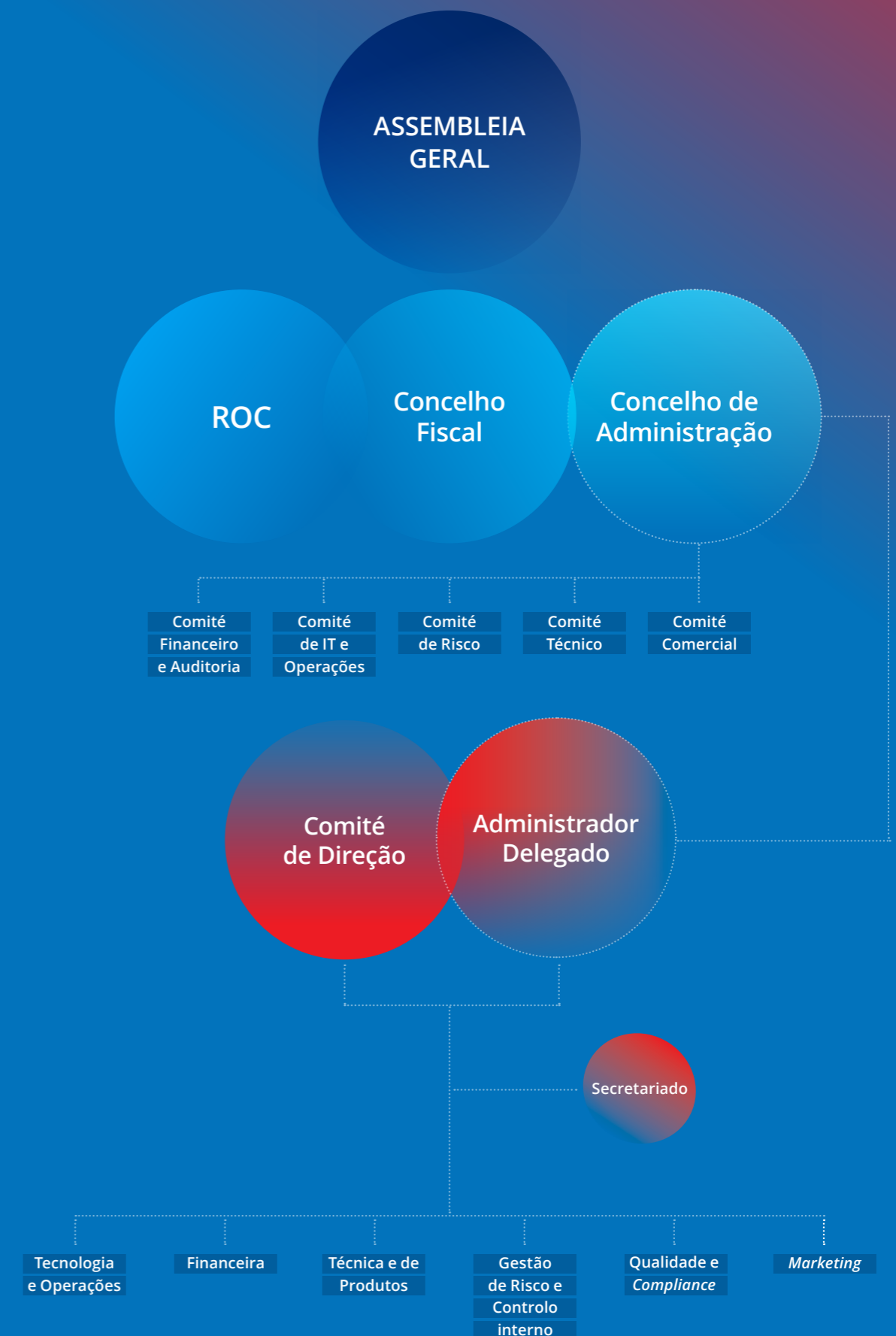
A Companhia está dotada de um sistema de governança composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, em que as suas responsabilidades estão devidamente definidas e segregadas, e um sistema de transmissão de informação eficaz.

Este sistema foi definido com base na natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, assegurando uma gestão sã e prudente da atividade e do capital, por forma a garantir um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

Na sua gênese estão princípios como a transparência, integridade, responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.



A estrutura de governo da Companhia está representada no seguinte organograma:



Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade. Assim, pelo menos uma vez por ano, a Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, no prazo de três meses após a data de encerramento do exercício. Compete-lhe deliberar sobre o relatório de gestão de contas do exercício anterior, sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração da Companhia e às eleições que, legal e estatutariamente, lhe sejam atribuídas ou que eventualmente se tornem necessárias.

O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por sete Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente. O mandato dos membros é de quatro anos e reúne trimestralmente ou sempre que o interesse da Companhia o exija. Delibera por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate. Existem no entanto matérias que requerem aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: a aprovação do plano estratégico, do plano de negócios e do orçamento anual; a concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de joint venture, aliança estratégica ou operações similares.

O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por sete Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente.

Por sua vez, compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da Companhia. Este conselho é composto por três membros efetivos e um suplente, sendo estes eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes. Aquele tem como principais competências verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

Mediante proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem como responsabilidade conferir a conformidade das contas com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas e documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Adicionalmente, os Comitês apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. São órgãos consultivos aos quais compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Cada Comitê é constituído por cinco membros, designadamente, o Administrador

Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

- Comitê Técnico: analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e pricing, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;
- Comitê de Risco: avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente, deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;
- Comitê Comercial: analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;
- Comitê de Auditoria e Financeiro: analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;
- Comitê de IT e Operações: analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

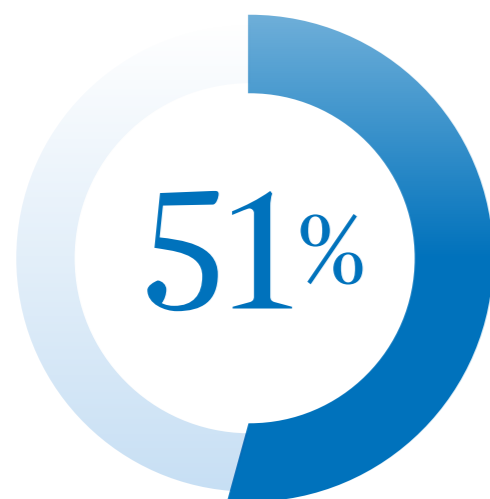
Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e do Comitê de Direção, a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e seis Direções, nomeadamente:

- Direção de Tecnologia e Operações
- Direção Financeira;
- Direção de Qualidade e *Compliance*;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno;
- Direção de *Marketing*

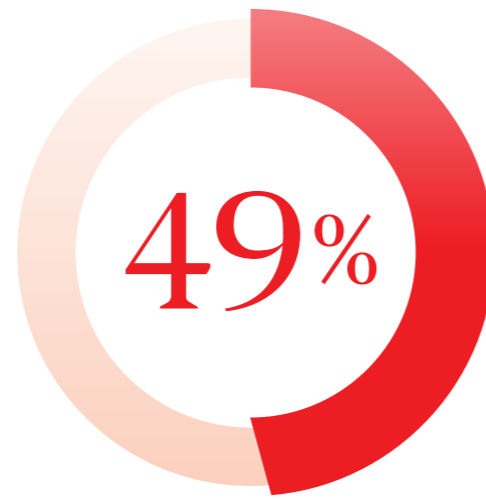
O processo de decisão contempla um Comité de Direção constituído pelo Administrador Delegado e pelos Diretores das diversas áreas da Companhia. O referido Comité reúne com uma periodicidade mensal, sendo posteriormente lavradas atas, refletindo os principais pontos discutidos e as decisões tomadas. Assim, os Diretores de cada uma das seis Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

No cumprimento da Norma Regulamentar N.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Conselho de Administração desta entidade, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2017, deliberou proceder ao registo, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável.

ESTRUTURA ACIONISTA



AEGON SPAIN HOLDING B.V.



SANTANDER TOTA SEGUROS, S.A.

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

António Miguel Terra da Motta
Presidente

Alexandre Jardim
Secretário

Conselho de Administração

Tomás Alfaro Uriarte
Presidente

Inês Oom de Sousa¹
Vice-presidente

Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio
Administrador Delegado

Borja Borrero Mayora

Francisco del Cura Ayuso

Horacio Centeno García

Juan Aparicio Roa

Armindo Bordalo Escalda

Conselho Fiscal

José Duarte Assunção Dias
Presidente

António Baia Engana
Vogal

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço
Vogal

José Luís Areal Alves da Cunha
Suplente

Revisor Oficial de Contas

Fernando Manuel Miguel Henriques e José Manuel Henriques Bernardo em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

¹: Em processo de aprovação pela ASF

CÓDIGO DE CONDUTA

Os valores, princípios gerais e regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores encontram-se refletidos no código de conduta da Companhia. Este código tem por base valores de honestidade, respeito e responsabilidade, promovendo um elevado nível de excelência na relação com os clientes, parceiros, fornecedores e restantes *stakeholders*.

Como tal, no código de conduta estão definidos os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a sua atividade:

- Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Respeito para com as pessoas;
- Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- Prevenção de riscos laborais;
- Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos coletivos.

Refira-se que o código de conduta encontra-se divulgado no sítio da *internet* da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão, na sua globalidade, em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

As políticas em vigor foram ambas aprovadas pelo Conselho de Administração em novembro de 2017. Sendo que a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização foi também aprovada pela Assembleia Geral em dezembro do mesmo ano.

Até ao final do ano de 2021 não se identificou a necessidade de alterar as referidas políticas, encontrando-se as versões em vigor publicadas no *website* da Companhia.

No entanto, no final de 2021, de modo a cumprir os requisitos de avaliação anual do cumprimento das políticas, a Companhia emitiu e publicou no seu *website* a declaração de cumprimento do n.º1 do artigo 4º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de abril da ASF, com a indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Na definição das referidas políticas de remunerações não foram utilizados serviços de consultores externos.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do setor.

Ambas as políticas, bem como a declaração de cumprimento nos termos previstos no Artigo 4.º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, da ASF, se encontram publicadas no sítio da *internet* da Companhia.

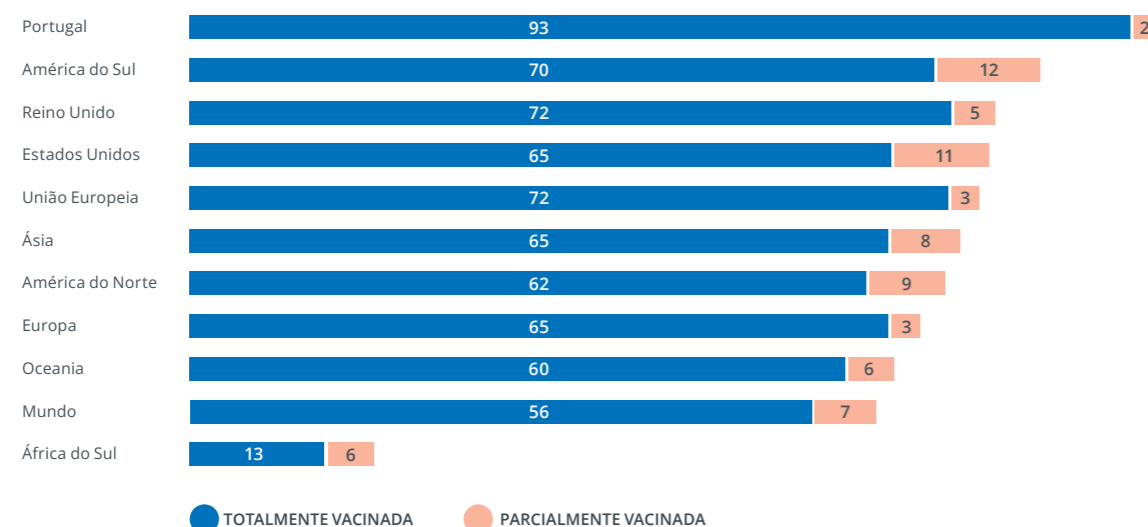
1.3 Enquadramento da atividade

CENÁRIO MACROECONÓMICO

Internacional

A economia mundial terá recuperado, em 2021, com um crescimento de cerca de 5,9% face a 2020, o ano mais afetado pela pandemia da Covid-19 (quando registou uma contração de 3,1%). O ano de 2021 fica marcado como sendo aquele em que o processo de vacinação se iniciou na maioria das economias desenvolvidas, o que permitiu diminuir o número quer de casos de hospitalizações por situação de doença severa, quer de mortes. No final de janeiro de 2022, 61% da população mundial tinha sido vacinada, da qual 53% é considerada totalmente vacinada e 8,3% parcialmente vacinada.

POPULAÇÃO VACINADA CONTRA A COVID-19 (% POPULAÇÃO)



Fonte: Our World in Data

CENÁRIO MACROECONÓMICO

Internacional

A economia mundial terá recuperado, em 2021, com um crescimento de cerca de 5,9% face a 2020, o ano mais afetado pela pandemia da Covid-19 (quando registou uma contração de 3,1%). O ano de 2021 fica marcado como sendo aquele em que o processo de vacinação se iniciou na maioria das economias desenvolvidas, o que permitiu diminuir o número quer de casos de hospitalizações por situação de doença severa, quer de mortes. No final de janeiro de 2022, 61% da população mundial tinha sido vacinada, da qual 53% é considerada totalmente vacinada e 8,3% parcialmente vacinada.

Contudo, o processo de vacinação evoluiu a duas velocidades, com o bloco das economias mais desenvolvidas a concentrarem a mais de 2/3 das doses inoculadas e, no extremo oposto, estão as economias mais pobres, nomeadamente as africanas onde a percentagem da população totalmente vacinada é de apenas 11%.

No conjunto das economias mais desenvolvidas, merece destacar os EUA, a União

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL

	2020	2021	2022 P
MUNDO	-3,1	5,9	4,4
PAÍSES AVANÇADOS	-4,5	5,0	3,9
EUA	-3,4	5,6	4,0
UEM	-6,4	5,3	3,9
Reino Unido	-9,4	7,2	4,7
Japão	-4,5	1,6	3,3
Países em desenvolvimento	-2,0	6,5	4,8
África	-1,7	4,0	3,7
Ásia	-0,9	7,2	5,9
China	2,3	8,1	4,8
Europa de Leste	-1,8	6,5	3,5
Médio Oriente	-2,8	4,2	4,3
América Latina	-6,9	6,8	2,4
Brasil	-3,9	4,7	0,3

Fonte: FMI (janeiro de 2022)

Europeia e o Reino Unido com as maiores percentagens de vacinação, de 75%, 74% e 79% respetivamente. A aceleração do processo vacinal foi fundamental para permitir o levantamento das restrições à mobilidade e à atividade económica, dinâmica que se acentuou a partir do 2T 2021, ou seja depois da 3.ª vaga pandémica no 1T 2021.

Contudo, no 1T 2021, o número crescente de novos casos de infeção exigiu a imposição de confinamentos, em especial nas economias avançadas, cujo impacto adverso no crescimento foi imediato, o que se traduziu num abrandamento do ritmo de recuperação. Os sinais económicos revelavam uma tendência positiva, mas heterogénea, entre setores e países, com os EUA, a China, a Índia e Rússia no grupo de economias com sinais de retoma mais fortes, e outros, como o Reino Unido, Japão e Brasil, com sinais de queda da atividade.

Nos EUA, a atividade económica retomou a tendência de recuperação no final do ano, após um 3.º trimestre mais fraco, fruto da subida expressiva do número de infeções pela variante ómicron. As preferências de consumo das famílias em serviços estão elevadas, impactando negativamente a aquisição de bens duradouros, fruto dos bloqueios na distribuição, apesar da forte procura. Mais recentemente, os tempos de entrega e os custos de transporte entre a China e o EUA têm vindo a reduzir-se.

Os níveis de *stocks* continuam abaixo do observado pré-pandemia, deixando espaço para a atividade beneficiar da procura ainda não satisfeita devido aos bloqueios nas cadeias de valor globais. A taxa de inflação ascendeu aos 7%, no início de 2022, apesar de influenciada pela subida do preço da energia e alimentos, mas a taxa de inflação subjacente (excluindo energia e alimentação) também já superou os 5%. A pressão sobre os preços era mais preponderante ao nível dos bens, fruto dos bloqueios nas cadeias de distribuição, mas sentiu-se igualmente, embora de forma mais moderada, ao nível dos preços nos serviços.

Também no final de 2021, assistiu-se a um surgimento de pressões salariais, na medida em que o índice de custo do trabalho estava a acelerar, de forma transversal a todos os setores de atividade.

Na China, a atividade económica desacelerou acentuadamente, em 2021, fruto de quebras no abastecimento de energia, de instabilidade no setor imobiliário residencial e do ressurgimento de novos casos de Covid-19.

Os indicadores de confiança dos consumidores evidenciavam sinais contraditórios relativamente à evolução do consumo privado, enquanto ao nível da produção e investimento o sentimento permanecia refreado em consequência dos bloqueios nas cadeias de distribuição. A procura de energia permaneceu elevada, embora com algum abrandamento, sem prejuízo de medidas públicas que visavam aumentar a produção através do recurso ao carvão e reservas nacionais, na tentativa de diminuir a escalada de preços e assegurar a independência energética. A crise no setor imobiliário residencial, decorrente da empresa Evergrande apresentar problemas de liquidez e estar em situação de incumprimento restrito pelas agências de notação financeira, levou a que o governo chinês permitisse que o banco central da China cortasse os requisitos de reserva de liquidez dos bancos visando uma maior capacidade de apoio de liquidez a todo o setor imobiliário.

No Japão a economia desacelerou no 3T 2021, também fruto das restrições ao nível da distribuição de matérias-primas e da subida do número de infeções pela Covid-19. A retoma económica esteve, deste modo, muito ligada com as restrições à mobilidade, cuja diminuição dependerá da intensificação do processo de vacinação e de apoios governamentais. A taxa de inflação permaneceu em terreno negativo, durante a maior parte do ano, acelerando no final de 2021, com a subida dos preços da energia.

No Reino Unido, a atividade económica manteve-se moderada no final do ano, após um 3T 2021 inesperadamente mais fraco, resultado da combinação das restrições nas cadeias de distribuição e da falta de mão-de-obra, consequências do contexto pandémico e claramente amplificadas pelo Brexit. O consumo privado foi o principal motor do crescimento, mais visível em momentos de redução das medidas de contenção. Por outro lado, o investimento continuou a evoluir a um ritmo fraco. No final de 2021, a economia ainda não tinha recuperado os níveis pré-pandemia.

	PIB	INFLAÇÃO
UEM	5,3	2,6
ALEMANHA	2,8	3,2
FRANÇA	7,0	2,1
ESPAÑA	5,0	3,0
ITÁLIA	6,5	1,9

Fonte: CE (fevereiro 2022)

A recuperação mais rápida da atividade económica, num contexto de restrições nas cadeias de distribuição globais, conduziu a um aumento da inflação, fruto da subida das matérias-primas, incluindo a energia, mas também ao nível dos serviços.

Na Zona Euro, depois da contração económica do 1T 2021 (-0,3%), o alívio do número de infeções foi permitindo a gradual abertura da atividade económica, naturalmente reforçada pela intensificação do processo de vacinação, o que conduziu a um crescimento de 2,2% no 2T 2021, com o setor dos serviços a liderar a recuperação, à medida que as pessoas puderam voltar a frequentar lojas e restaurantes, assim como com o aumento do número de viagens e turismo. O setor industrial manteve-se a operar a bom ritmo, apesar das quebras e falta da matéria-prima e equipamentos, fruto da realocação dos fatores produtivos para o combate à pandemia, amplificado por uma forte recuperação da procura.

O surgimento da variante Ómicron do vírus do SARS-Cov2 (cuja capacidade de transmissão é considerada superior à da variante Delta, embora com características de perigosidade inferiores), e cuja velocidade de propagação se acentuou com a chegada do tempo mais frio ao longo do 4T 2021, deu origem à 5.ª vaga pandémica.

Ainda assim, a recuperação económica continuou sólida, apesar do impacto negativo momentâneo da 5.ª vaga, mas fruto do sucesso da vacinação foi possível evitar o encerramento de um conjunto de serviços e manter atividade económica, embora com diferenças entre países.

A taxa de desemprego manteve uma tendência descendente e o número de pessoas em regime de *layoff* caiu significativamente, comparativamente com o registado em 2020, suportando a melhoria do rendimento e consumo das famílias. Por outro lado, o número de pessoas que compõem a força de trabalho e as horas trabalhadas continuam abaixo dos níveis pré-pandemia.

A recuperação mais rápida da atividade económica, num contexto de restrições nas cadeias de distribuição globais, conduziu a um aumento da inflação, fruto da subida das matérias-primas, incluindo a energia, mas também ao nível dos serviços. A aceleração dos preços, mais visível no segundo semestre do ano, começou a captar a atenção dos bancos centrais.

O Fundo Monetário Internacional, no *World Economic Outlook* de janeiro 2022, estimava que a aceleração da taxa de inflação na segunda metade de 2021 se refletisse em taxas mais elevadas em 2022, superiores às observadas em 2021.

Na ótica do Fundo, o fator essencial é de que, na maioria das economias desenvolvidas, mantendo-se as expectativas de inflação ancoradas, a dissipação gradual da crise pandémica em 2022 contribuiria para uma normalização do funcionamento das cadeias de distribuição e assim como dos padrões de consumo entre bens e serviços, contribuindo para que as pressões inflacionistas se desvanecessem ao longo de 2022. As pressões nominais de subida dos salários mantiveram-se, na viragem do ano, controladas na maioria dos países desenvolvidos, com a exceção nos EUA, onde os baixos níveis de desemprego e um número elevado de trabalhadores indisponíveis para trabalhar já pressionavam uma subida estrutural dos salários. A Reserva Federal dos EUA, que ao longo do ano foi adaptando o seu discurso à evolução da conjuntura económica, comunicou em dezembro de 2021 que iria acelerar o ritmo de diminuição

da aquisição de ativos financeiros assim como que iria implementar um ciclo de subida de taxas de juro de referência ao longo de 2022.

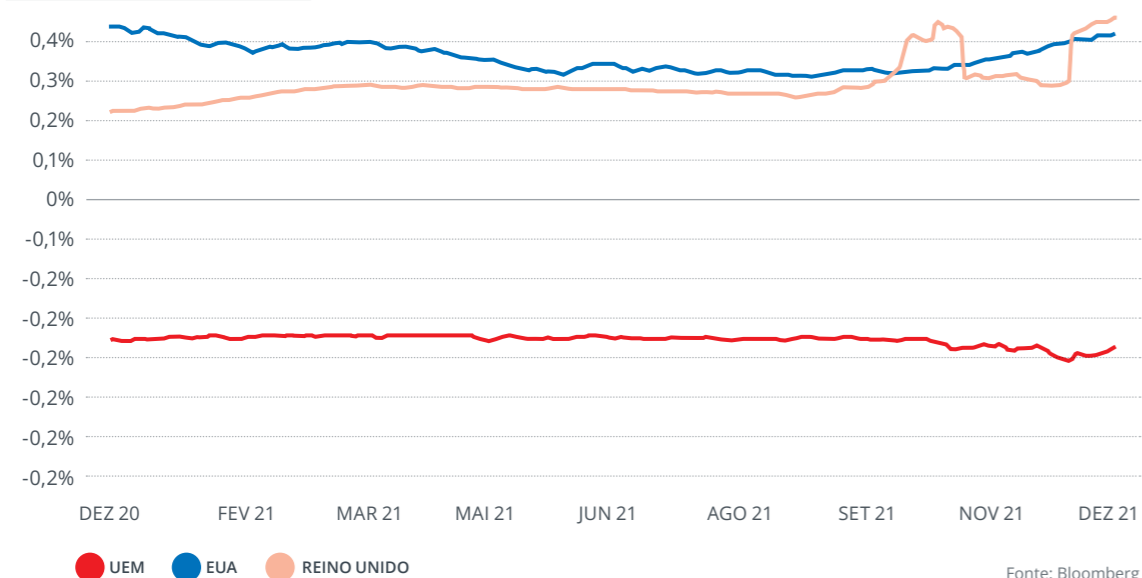
Na Zona Euro, o Banco Central manteve uma política monetária acomodaticia, através da utilização extraordinária de um programa de emergência pandémica de compra de ativos (PEPP) e da intensificação do programa de compra de ativos (APP). No âmbito do PEPP, o BCE anunciou pretender reduzir os volumes de aquisições líquidas de ativos a um ritmo inferior ao do trimestre anterior, descontinuando as mesmas no final de março de 2022. No entanto, propôs prolongar o horizonte de reinvestimento até, pelo menos, ao final de 2024, com intuito de evitar interferências ou provocar sinais de instabilidade financeira.

Em consonância com uma redução gradual das aquisições de ativos e para assegurar que a orientação da política monetária permanece coerente com a estabilização da inflação no objetivo simétrico no médio prazo de 2%, o BCE estabeleceu um ritmo mensal de aquisições líquidas de 40 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2022 e de 30 mil milhões de euros no terceiro trimestre de 2022, ao abrigo do programa de compra de ativos. A partir de outubro de 2022, o BCE sinalizou manter as aquisições líquidas de ativos ao abrigo do APP num ritmo mensal de 20 mil milhões de euros, enquanto for necessário, para reforçar o impacto acomodaticio das taxas de juro diretas do BCE. Adicionalmente, o Conselho do BCE reforçou a mensagem de esperar que as aquisições líquidas cessem pouco antes de começar a aumentar as taxas de juro diretas do BCE. O desenvolvimento de pressões inflacionistas em muitas economias conduziu vários bancos centrais, tanto em economias em desenvolvimento, como em algumas economias avançadas a uma subida das taxas de juro de referência. Estas decisões de política monetária mais restritivas concorrem com a velocidade da retoma económica na tentativa de evitar uma subida sustentada dos preços e dos custos.

Em particular em economias como a dos EUA e do Reino Unido, onde a política monetária assumiu claramente um pendor menos expansionista, as taxas juro de curto prazo refletiram uma tendência de subida em dezembro de 2021, tendência que se prolongou em janeiro de 2022.

Na Zona Euro, em 2021, as taxas de juro de curto prazo permaneceram próximas dos mínimos, embora os prazos mais longos iniciassem uma subida nos últimos meses do ano.

TAXAS DE JURO 3 MESES



Fonte: Bloomberg

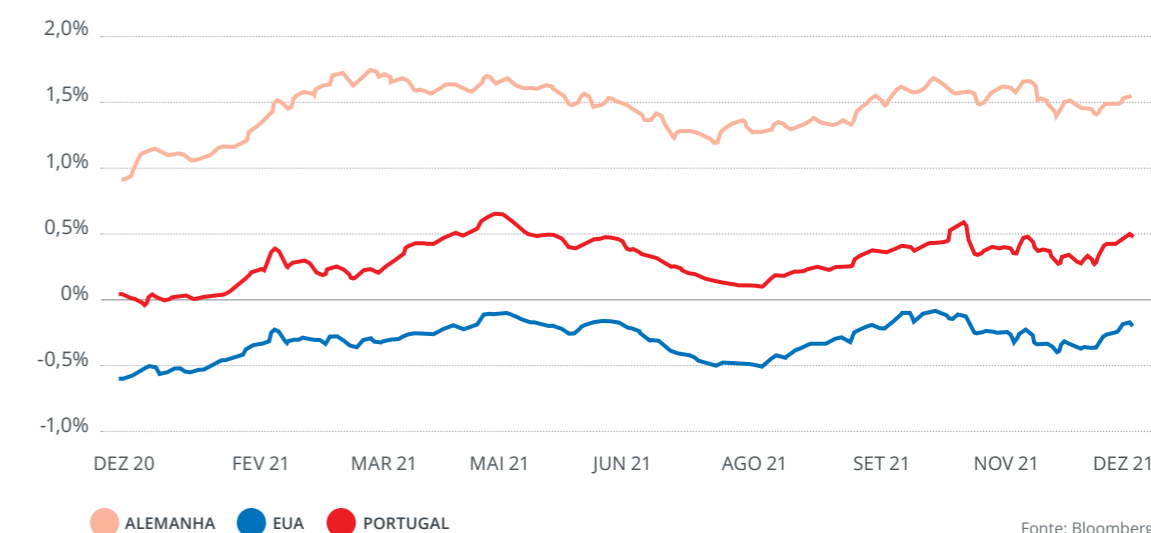


A atuação do Banco Central Europeu, ao longo do ano, e mesmo no final de 2021, quando a inflação ascendeu a 5%, esteve associada à sua visão – partilhada com a maioria dos bancos centrais – de que a inflação refletia fatores pontuais, relacionados com a subida do preço da energia e disrupções nas cadeias de distribuição decorrentes da pandemia, que deveriam dissipar no decurso de 2022. Já em fevereiro de 2022, e apesar da ausência de sinais de pressões salariais (por seu lado, já visíveis nos EUA e Reino Unido), o BCE reforçou a sua vigilância sobre a evolução da inflação, ao considerar que iria permanecer elevada por um período de tempo mais prolongado, deixando em aberto todas as opções de atuação, em caso de necessidade.

Já em fevereiro de 2022, e apesar da ausência de sinais de pressões salariais (por seu lado, já visíveis nos EUA e Reino Unido), o BCE reforçou a sua vigilância sobre a evolução da inflação, ao considerar que iria permanecer elevada por um período de tempo mais prolongado, deixando em aberto todas as opções de atuação, em caso de necessidade.

Neste contexto de aceleração da inflação, as **taxas de juro de longo prazo** apresentaram um perfil evolutivo ascendente, acomodando a diminuição, anunciada ou executada, do ritmo de aquisição líquida de ativos financeiros pelos bancos centrais. Na Zona Euro, ao longo do ano de 2021, o BCE procurou assegurar uma estabilidade das taxas de rendibilidade, enquanto as perspetivas de pressões inflacionistas conjugadas com uma política monetária menos expansionista por parte da Reserva Federal dos EUA se traduziram numa subida das taxas de juro longo prazo.

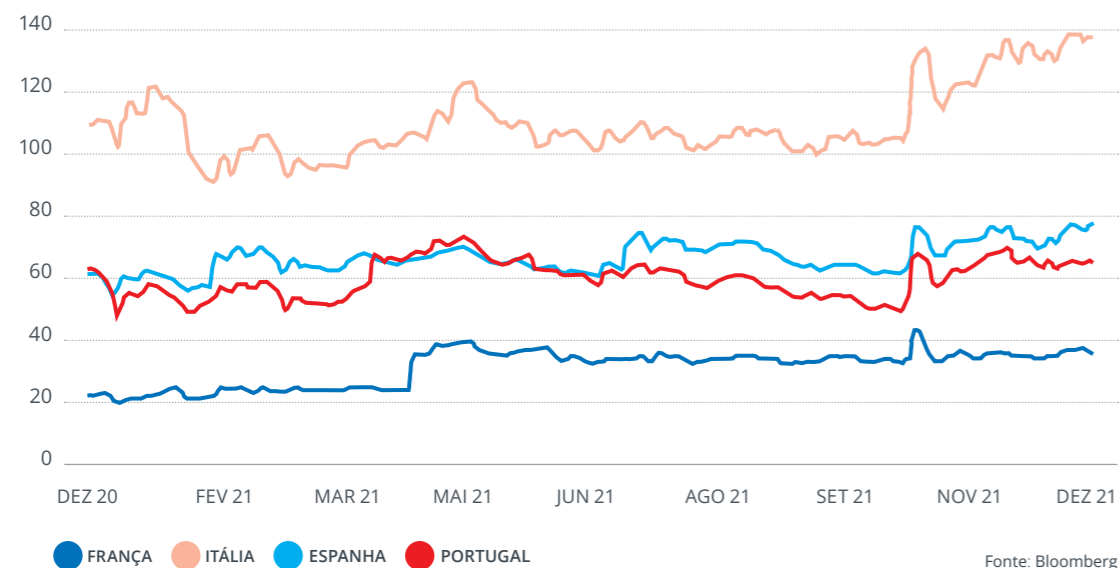
TAXAS DE JURO 10 ANOS



Fonte: Bloomberg

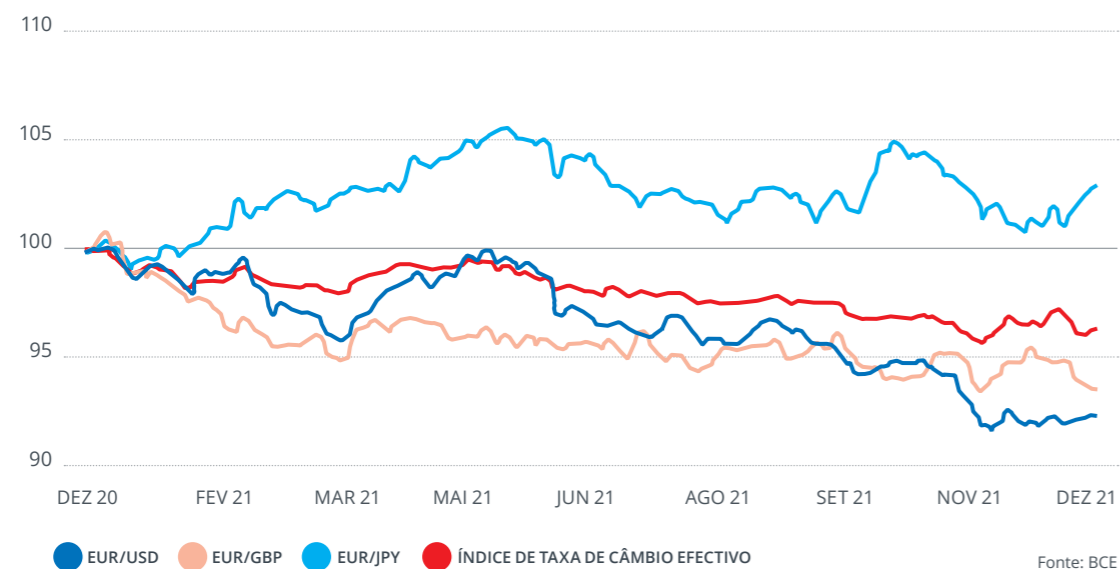
Os diferenciais de taxas de juro soberanas subiram no final do ano de 2021, revelando uma alteração na perceção de risco dos investidores face a um potencial cenário de subida de taxas de juro na Zona Euro e suas implicações sobre o valor dos ativos, em particular sobre o das economias cujos rácios de endividamento são mais elevados.

DIFERENCIAIS DE TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO FACE ALEMANHA (PB)



Em Portugal, a taxa de rendibilidade a 10 anos acentuou a sua tendência ascendente, em especial após a reunião do BCE de 3 de fevereiro de 2022, tendo superado o nível de 1% do qual resultou num ligeiro alargamento do *spread* face à Alemanha, em cerca de 10 p.b., para 78 pontos base, acima dos níveis observados ao longo do ano de 2021. A última vez que a *yield* tinha atingido 1% foi em abril de 2017, mas o *spread* chegou a atingir 150 p.b., num contexto em que a política monetária não convencional procurava responder a persistentes baixas taxas de inflação subjacente apesar de o crescimento económico evoluir favoravelmente.

PRINCIPAIS TAXAS DE CÂMBIO (DEZ-2020 = 100)

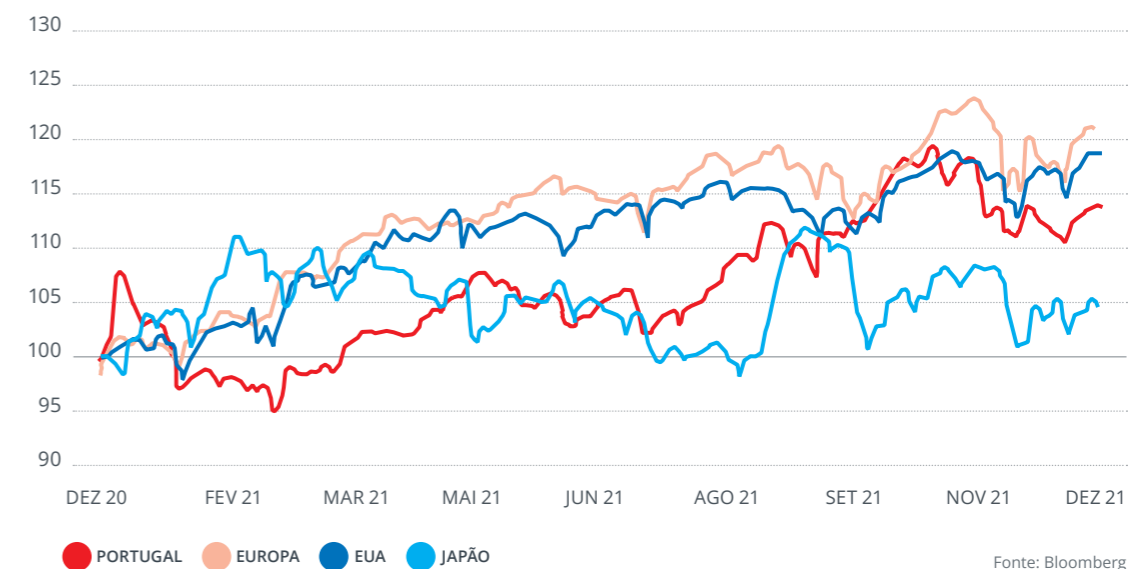


Os mercados norte-americano e europeu, no final do ano, registaram um crescimento de quase 20%, suportados pela velocidade de recuperação das principais economias desenvolvidas.

No mercado cambial, o euro tendeu a depreciar ao longo de 2021 face às principais divisas, refletindo a divergência entre a prossecução de uma política monetária expansionista por parte do BCE, enquanto que outros bancos centrais começavam a anunciar a redução ou mesmo reduzir os estímulos, nomeadamente a Reserva Federal dos EUA e o Banco Central do Reino Unido. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,14 dólares, uma depreciação de cerca de 7%.

O progressivo aumento da percentagem de pessoas vacinadas ao longo de 2021, contribuiu para reduzir os níveis de severidade da doença, e consequentemente permitir uma diminuição das restrições à mobilidade e atividade económica, por sua vez contribuindo para uma valorização generalizada dos **mercados acionistas**, fruto de uma retoma económica mais rápida face ao esperado, ainda suportada por políticas monetárias globalmente expansionistas

MERCADOS ACIONISTAS (DEZ-20 = 100)



Os mercados norte-americano e europeu, no final do ano, registaram um crescimento de quase 20%, suportados pela velocidade de recuperação das principais economias desenvolvidas.

Em Portugal, o PSI acompanhou a tendência europeia, beneficiando do otimismo associado ao sucesso do processo de vacinação e recuperação económica, tendo, no final de 2021, atingindo níveis máximos registados em 2018.

A crise pandémica contribuiu para uma valorização do ouro para níveis acima dos 1 800 dólares a onça. Apesar da recuperação económica, a incerteza face ao aparecimento de novas variantes do vírus, e aos riscos geopolíticos crescentes, nomeadamente entre a Rússia e os EUA, continuam a suportar preços estruturalmente mais elevados face ao período pré-pandemia.

O **petróleo** registou uma pronunciada apreciação, tendo o Brent recuperado dos mínimos em redor de 20 dólares/barril, em 2020, para 90 dólares/barril no início de 2022. A rápida recuperação económica, associada ao aumento dos custos relacionados com transição energética, são os principais motores do crescimento do preço do barril de petróleo.

PREÇOS DO PETRÓLEO BRENT, EM DÓLARES POR BARRIL E ÍNDICE DE MATÉRIAS-PRIMAS (VARIÁÇÃO HOMÓLOGA)



Economia Portuguesa

A recuperação da atividade económica em 2021 teve por base o sucesso do processo de vacinação, com a população a aderir de forma massiva, culminando em mais de 90% dos cidadãos com o plano vacinal completo. Apesar do aumento do número de casos ativos fruto da variante Ómicron, o número de pessoas com sintomas severos de doença e o número de óbitos eram, no final de 2021, inferiores em 70% ao registado no final de 2020.

Num contexto de pandemia gradualmente mais controlado, os diferentes setores de atividade económica foram reabrindo e normalizando a suas operações, ainda que sujeitos a regras específicas e pontuais de mitigação da pandemia, como a utilização de máscara, obrigatoriedade de apresentação de certificado de vacinação ou teste negativo à Covid-19 para aceder a estabelecimentos lúdicos e de turismo, por exemplo.

No 4.º trimestre de 2021, o aumento do número de contágios pela variante Ómicron, obrigou as autoridades portuguesas a reativar um conjunto de medidas específicas para o período do Natal e Ano Novo, com o regresso ao teletrabalho obrigatório, encerramento de bares e discotecas, obrigatoriedade de teste negativo e a redução da lotação em estabelecimentos comerciais.

DADOS MACROECONÓMICOS

	2020	2021	2022 P
PIB	-8,4	4,9	5,1
CONSUMO PRIVADO	-7,1	4,4	3,9
CONSUMO PÚBLICO	0,4	5,0	4,6
INVESTIMENTO	-5,7	7,2	12,3
EXPORTAÇÕES	-18,6	13,0	17,7
IMPORTAÇÕES	-12,1	12,8	17,8
INFLAÇÃO MÉDIA	0,0	1,3	2,8
DESEMPREGO	7,0	6,5	6,3
SALDO ORÇAMENTAL (% DO PIB)	-5,1	-4,2(e)	-2,3
DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)	135,2	127,5	126,5
BAL. CORRENTE E CAPITAL (% DO PIB)	0,0	0,7	0,5

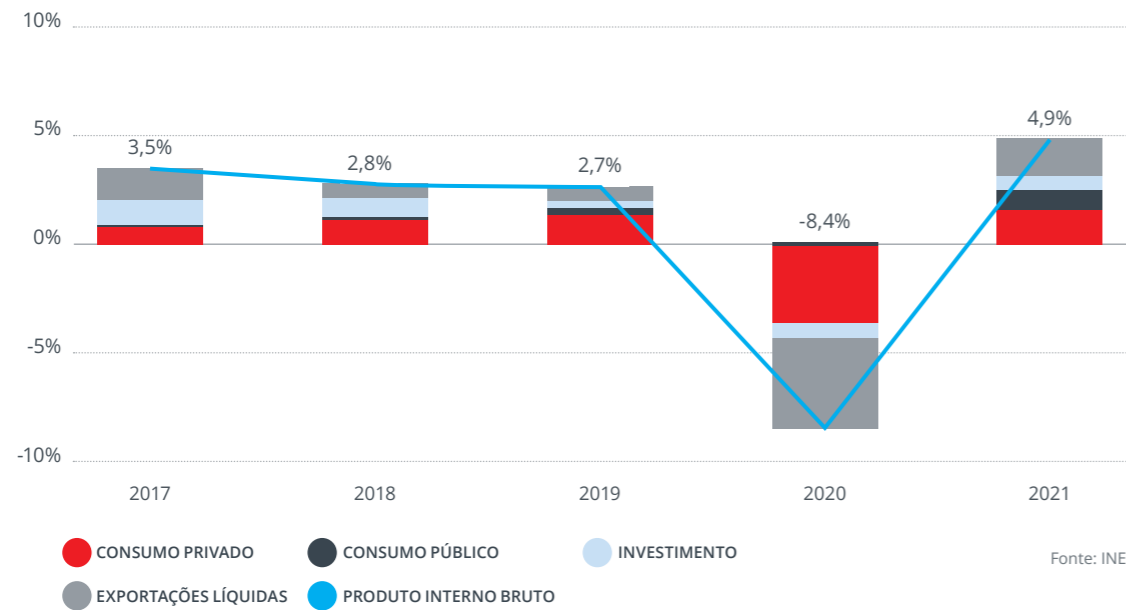
Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

A economia portuguesa, em 2021, terá crescido 4,9% em volume, o ritmo mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A economia iniciou o ano em contração, com um confinamento geral prolongado fruto da 3.ª vaga pandémica, e terminou com um confinamento parcial.

A procura interna contribuiu positivamente para o crescimento, após ter sido fortemente negativa em 2020, registando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e serviços.

O **consumo privado** terá crescido cerca de 5% em 2021, tendo alcançado, no 4.º trimestre de 2021, o valor do final de 2019. O crescimento elevado em 2021 refletiu a recuperação das despesas em serviços, que beneficiaram do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação. O consumo de bens duradouros apresenta um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise.

CONTRIBUTOS PARA O CRESCIMENTO DO PIB (TVH)



A recuperação do consumo privado fluiu da tendência descendente da taxa de desemprego que, acompanhada por um aumento da população ativa, com consequente crescimento do emprego, contribuiu para um aumento do rendimento disponível nominal em redor de 6.6%. O rendimento disponível das famílias beneficiou da rápida e completa recuperação das remunerações, a par do crescimento das prestações sociais disponibilizadas durante o período de confinamento.

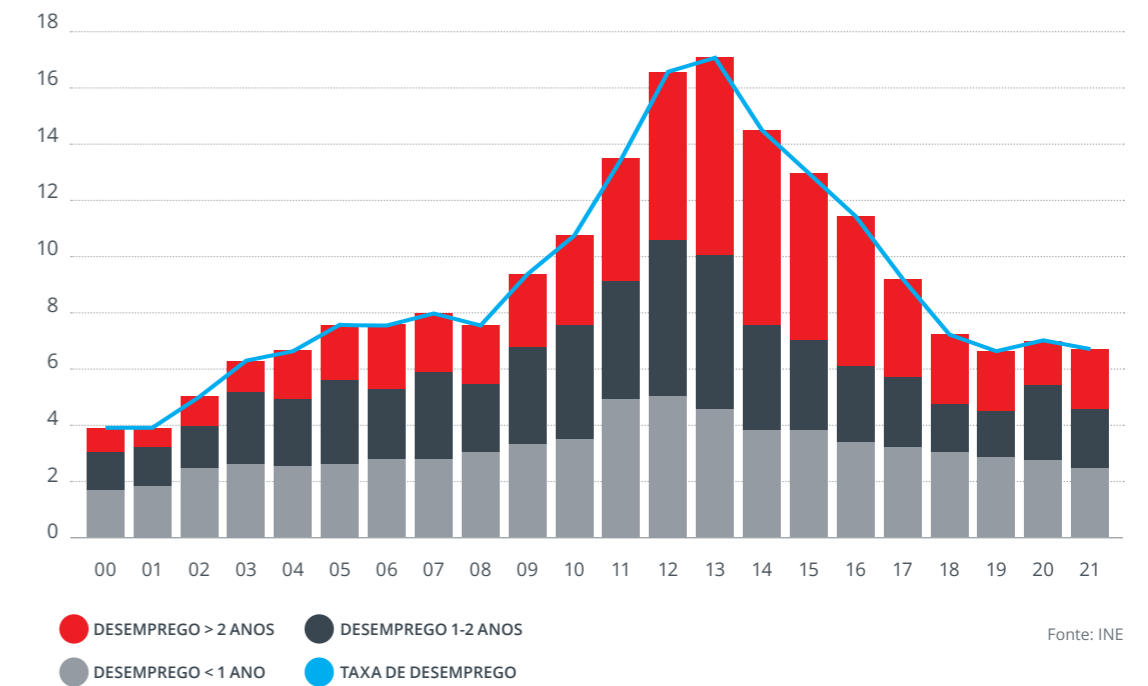
A taxa de poupança das famílias ascendeu a um máximo de 12.8% em 2020, refletindo motivos de precaução e uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo. Contudo, ao longo de 2021, a taxa de poupança reduziu-se moderadamente, à medida que os padrões de consumo foram retomados, em função dos graus de liberdade permitidos pelas restrições para travar a pandemia. Contudo, a taxa de poupança permaneceu acima dos níveis pré-pandemia.

O rendimento disponível das famílias beneficiou da rápida e completa recuperação das remunerações, a par do crescimento das prestações sociais disponibilizadas durante o período de confinamento.

O investimento apresentou uma tendência de recuperação ao longo de 2021, após uma queda contida em 2020, por comparação com recessões anteriores. A dinâmica de investimento foi transversal ao setor público e privado, destacando-se o crescimento da componente pública, fruto do impacto dos fundos europeus, em especial do Plano de Recuperação e Resiliência e de investimentos estruturantes.

O Plano português de Recuperação e Resiliência foi aprovado pela Comissão e Conselho Europeus em julho, permitindo a Portugal receber de imediato uma primeira tranche de cerca de 2,2 mil milhões de euros (dos 16,6 mil milhões que compõem o envelope financeiro global, dos quais 13,9 mil milhões correspondentes a subvenções a fundo perdido). Acresceu a execução dos projetos finais do Portugal 2020.

TAXA DE DESEMPREGO (%)



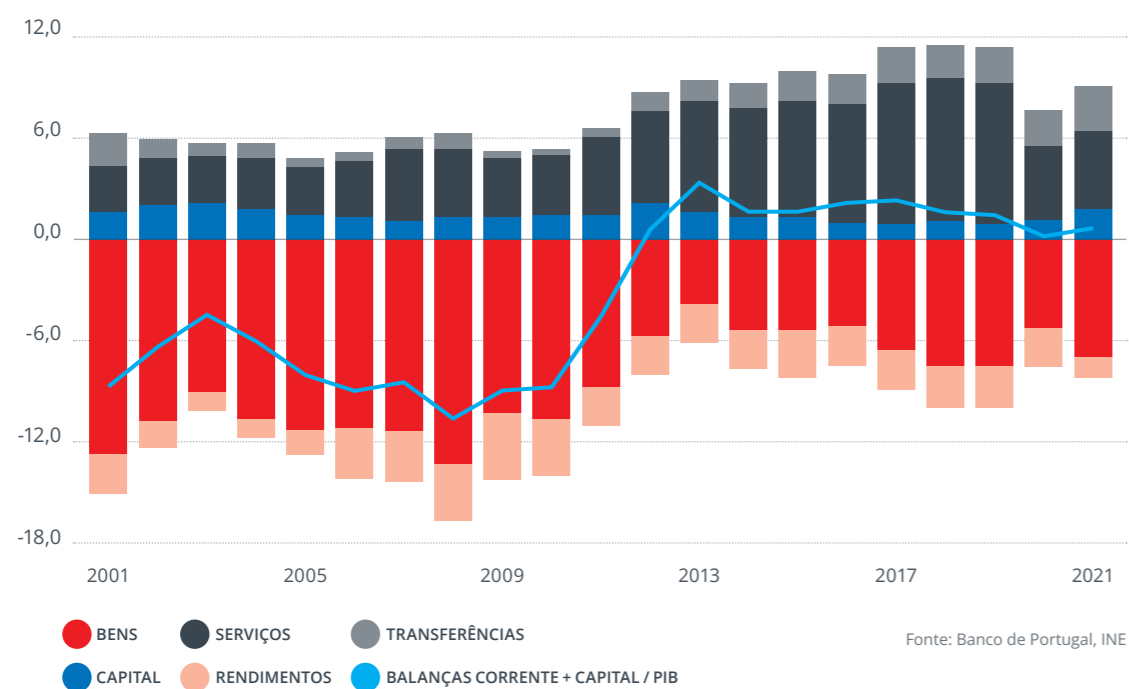
As exportações de bens e serviços terão crescido cerca de 9.6% em 2021, caracterizando-se por uma recuperação diferenciada entre bens e serviços, com as exportações de bens a excederem o nível pré-pandemia no final de 2021. As perturbações no abastecimento de matérias-primas e bens intermédios penalizaram as exportações de alguns setores, nomeadamente o setor automóvel.

O levantamento das restrições à mobilidade internacional e o aumento da confiança, permitiram que as exportações de serviços, em particular de turismo e transporte, recuperassem de forma progressiva, após a queda abrupta em 2020 e no início de 2021. O agravamento da pandemia fruto da variante Ómicron no 4.º trimestre de 2021 implicou uma evolução mais contida dos fluxos de turismo, embora outubro e novembro tivessem registado níveis de atividade muito próximos dos de 2019.

As importações de bens cresceram em função da procura agregada, de forma sustentada, apesar das restrições nas cadeias globais e perturbações em alguns setores. As importações terão, assim, crescido cerca de 10% em 2021.

O saldo da **balança corrente e de capital** voltou a ser positivo em 2021, suportado pela recuperação parcial da balança de serviços, refletindo a retoma parcial do turismo em especial no 3.º trimestre. A balança de bens agravou o défice, refletindo o aumento da procura de bens que acompanhou a gradual diminuição das medidas de restrição ao normal funcionamento da atividade económica, bem como a subida dos preços dos combustíveis. A balança de capital beneficiou dos fundos europeus, reforçando o seu contributo para o excedente, enquanto a redução do pagamento de juros da dívida pública ao exterior teve também um impacto positivo nas contas externas.

BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL (% PIB)



As contas públicas, em 2021, caracterizaram-se por uma redução do défice orçamental face a 2020, podendo ter ficado próximo, mas abaixo do limite de 3% do PIB, fruto de uma retoma económica que se revelou mais favorável face ao inicialmente esperado, e cujo impacto contribuiu para um aumento das receitas fiscais. Também a dinâmica do mercado laboral contribuiu para o crescimento das contribuições sociais.

A dívida pública recuou para próximo de 130% do PIB, em 2021, uma redução de quase 5p.b. face a 2020. No entanto, em termos absolutos, manteve a trajetória de crescimento ficando próximo dos 280 mil milhões de euros, um crescimento de quase 4% face aos níveis de 2020.

No conjunto da economia portuguesa, o rácio global de endividamento situou-se próximo dos 332% do PIB, com o setor privado empresarial a situar-se nos 131% e as famílias nos 71% do PIB, claramente abaixo dos níveis observados no início da década de 2010.

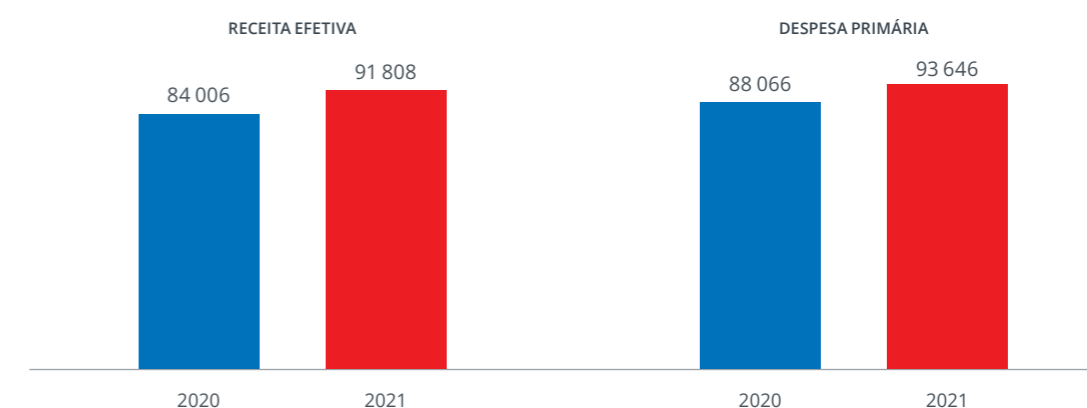
A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (estável), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o *rating* BBB – high (estável). Esta situação consubstancia uma estabilidade face ao ano anterior, com exceção da Moodys, que reviu o *rating* em alta.

A *yield* dos 10 anos, a 11 de fevereiro de 2022, situava-se em 1,13%, correspondendo a um diferencial de 87p.b. face à Alemanha.

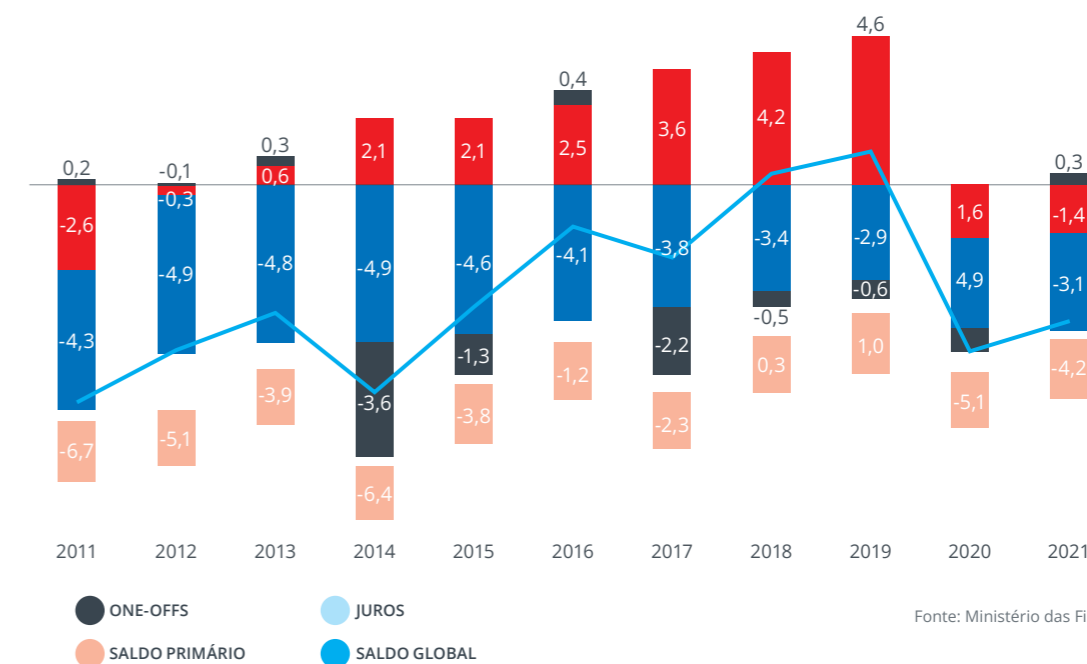
Em 2021, as necessidades de financiamento do Estado diminuíram face a 2020, em cerca de 4 mil milhões de euros, decorrente de um acréscimo de receita superior ao crescimento da despesa. O aumento da receita resultou da evolução favorável da receita fiscal e contributiva e do contributo da receita não fiscal e não contributiva, refletindo a retoma da atividade económica e o aumento das transferências provenientes de fundos europeus no âmbito do REACT-EU, PRR e FSE.

O aumento da despesa deveu-se sobretudo ao aumento das transferências, à aquisição de bens e serviços e despesa com pessoal, mitigado pela evolução favorável da despesa com juros e outros encargos.

RECEITA EFETIVA E DESPESA PRIMÁRIA (€ MN)



SALDO ORÇAMENTAL (% PIB)



O setor bancário português (dados a setembro de 2021) caracterizou-se pelo aumento do crédito concedido aos setores mais afetados e à habitação, acompanhando uma retoma económica acima das expectativas.

Em fevereiro de 2021 o Tesouro emitiu um título de 3 mil milhões de euros de maturidade de 30 anos e uma taxa de 1.022%, contribuindo para diversificar as necessidades de liquidez ao longo do tempo. Em abril de 2021 realizou uma emissão sindicada com maturidade de 10 anos, no montante de 4 mil milhões de euros e com uma taxa de 0.3%.

O setor bancário português (dados a setembro de 2021) caracterizou-se pelo aumento do crédito concedido aos setores mais afetados e à habitação, acompanhando uma retoma económica acima das expectativas. Em termos de rentabilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2020 (de 0,1% para 0,5%), com uma estabilização do rácio de fundos próprios de base (15,4%). O rácio de NPL diminuiu ligeiramente de 4,9% (a dezembro de 2020) para 4,0%, acompanhado por um reforço dos rácios de cobertura, em especial ao nível dos setores mais afetados, para quase 56%.



Mercado de Seguros em Portugal

No ano de 2021, o volume da produção de seguro direto em Portugal ascendeu a 13,3 mil milhões de Euros, refletindo um aumento de 34,1% face ao valor verificado no ano anterior.

Ao longo do ano, o ramo Vida, contrariamente ao verificado em 2020, registou um acréscimo de 68,5%. Os ramos Não Vida, seguindo a tendência dos últimos anos, apresentaram um aumento da produção de 4,7%.

No ramo Vida, os planos de poupança reforma (PPR) viram o seu peso diminuir em cerca de 1,1 pontos percentuais (24,7% em 2021 e 25,8% em 2020), apesar de a sua produção ter aumentado 61,1% face a 2020.

Nos ramos Não Vida, à exceção do Aéreo, todos os ramos apresentaram um crescimento, sendo de destacar Acidentes e Doença (7,6%) e Incêndio e Outros Danos (5,7%).

PRODUÇÃO* DE SEGURO DIRETO EM PORTUGAL, POR RAMOS

MILHARES DE EUROS

	2020	2021**	Δ
Vida	4 585 346	7 726 404	68,5%
Seguro de Vida	2 675 060	3 062 061	14,5%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	1 910 286	4 663 593	144,1%
Operações de Capitalização	0	750	-
Não Vida	5 365 574	5 619 021	4,7%
Acidentes e Doença	2 028 285	2 182 730	7,6%
Acidentes de Trabalho	905 394	965 284	6,6%
Doença	950 861	1 032 161	8,6%
Outros Acidentes	172 030	185 285	7,7%
Incêndio e Outros Danos	946 103	999 605	5,7%
Automóvel	1 872 927	1 897 920	1,3%
Marítimo e Transportes	25 344	28 044	10,7%
Aéreo	10 365	10 132	-2,2%
Mercadorias Transportadas	19 367	19 730	1,9%
Responsabilidade Civil Geral	148 448	163 487	10,1%
Diversos	314 734	317 373	0,8%
Total de Passivos	9 950 920	13 345 425	34,1%

(*) inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço.

(**) valores provisórios

Fonte: ASF

Apesar do contexto vivido ao longo de 2021, o setor segurador tem revelado capacidade de reagir a situações adversas, uma vez que é caracterizado por um elevado grau de flexibilidade, capacidade de adaptação e inovação no desenvolvimento de soluções ajustadas às necessidades dos clientes. Nesta sequência, em 2022 espera-se que o setor continue a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa referir que, tratando-se do sexto ano desde a entrada em vigor do regime de Solvência II, foi possível verificar melhorias, quer ao nível do processo de certificação anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte e da qualidade da informação reportada.

Importa ainda referir que em 2022 estão previstas alterações à Diretiva Solvência II. O setor continuará a acompanhar os processos de revisão, em particular dos tópicos potencialmente mais relevantes para o mercado nacional.

A entrada em vigor da IFRS 17 – Contratos de Seguros a 1 de janeiro de 2023 define-se como um importante desafio. Esta nova norma irá introduzir uma profunda mudança na contabilização das demonstrações financeiras das empresas de seguros. A mensuração das responsabilidades dos contratos de seguro terá novas regras, trazendo maior exigência e complexidade.

A IFRS 17, publicada a 18 de maio de 2017 pelo International Accounting Standards Board (IASB), substituirá a IFRS 4 e cobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. A nova norma pretende trazer aos investidores e outros *stakeholders* uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros.

Na perspetiva regulatória, a proteção do consumidor prevaleceu no centro das medidas adotadas em 2021. A Lei n.º 32/2021, de 27 de maio, estabeleceu limitações à redação de cláusulas contratuais e previu a criação de um sistema de controlo e prevenção de cláusulas abusivas, alterando o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que instituiu o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais.

A 14 de julho aprovou-se o Decreto-Lei n.º 59/2021, que estabeleceu o regime aplicável à disponibilização e divulgação de linhas telefónicas para contacto do consumidor.

A Lei 75/2021, publicada a 18 de novembro, reforça o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, proibindo práticas discriminatórias e consagrando o direito ao esquecimento, alterando a Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, e o regime jurídico do contrato de seguro. O legislador visou garantir que os consumidores que “tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou deficiência” não sejam “sujeitos a um aumento de prémio de seguro e /ou exclusão de garantias” na contratação de determinados créditos; e que não é recolhida, em contexto pré-contratual, “nenhuma informação de saúde relativa à situação médica que originou o risco agravado de saúde ou a deficiência”, desde que tenham decorrido determinados prazos.

Anteveem-se dificuldades sérias em 2022 nos procedimentos universalmente adotados pelas seguradoras de análise, avaliação, seleção, tarifação e subscrição dos riscos de vida. De igual modo, antecipam-se impactos negativos na exploração do ramo, variáveis de segurador para segurador, consoante a estrutura das carteiras. Pode haver, inclusive, a necessidade de generalizado reajustamento de prémios dos contratos de vida risco - quer de novos quer, quando possível, de seguros em carteira - designadamente por decorrência de condições de acesso a coberturas de resseguro.

No final do ano, a 20 de dezembro, foi publicada a Lei n.º 93/2021 (Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações), que transpôs para o ordenamento jurídico português a Diretiva *Whistleblowing*. Este diploma visa o reforço das condições de proteção dos denunciantes, através da proibição de retaliação e o reconhecimento do estatuto do denunciante. Adicionalmente, é instituída a necessidade de implementação de canais de denúncia interna, obrigatórios para entidades, públicas ou privadas, que empreguem 50 ou mais trabalhadores; e canais de denúncia externa, a serem criados pelas autoridades competentes.

Continua a destacar-se a contínua monitorização do cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que entrou em vigor em 25 de maio de 2018. Este regulamento, que surgiu como uma consequência direta da evolução tecnológica, sobretudo ao nível da utilização de dados cada vez mais granulares e de processos de partilha de dados mais complexos, está diariamente presente na tomada de decisões estratégicas das entidades e o seu cumprimento revela-se imprescindível para uma gestão sã e prudente das mesmas. Os responsáveis pelo tratamento de dados pessoais valorizam a confiança dos titulares na forma como os dados são tratados e, por isso mesmo, atuam com a maior transparência relativamente ao processamento dos dados.

O ano de 2022 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta ao supervisor, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral. A par da implementação e operacionalização de exigentes requisitos legais e regulamentares, identifica-se, na sociedade em geral, uma crescente preocupação com os riscos cibernéticos e com a segurança da informação, tema que será também um dos focos no futuro próximo do setor.



1.4 Análise de Gestão

SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz é determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros. Este sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido. Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;
- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

Durante o ano de 2021 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II veio inculcar na atividade.



Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco;
- Elaboração e aprovação do relatório *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), apresentando o perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos. Em qualquer um dos cenários, a Companhia revelou sempre rácios de solvência suficientes para o cumprimento dos requisitos regulamentares;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Certificação do reporte anual de 2020 (qualitativo e quantitativo) por parte do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável, no cumprimento da Norma Regulamentar N.º 2/2017-R de 24 de março;
- Elaboração do relatório anual *Solvency and Financial Condition Report* (SFCR), comunicação à ASF em conjunto com os relatórios de certificação;

Durante o ano de 2021 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II veio incutir na atividade.

- Divulgação pública do SFCR e respetivos relatórios do ROC e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;
- Monitorização dos planos de implementação de recomendações emitidas por Auditores (externos e internos), pelo Supervisor e pelo Atuário Responsável;
- Implementação de procedimentos, políticas e medidas decorrentes da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados à atividade da Companhia e que visam a plena conformidade com este diploma;
- Melhoria dos procedimentos de controlo e revisão de indicadores de reporte.

A envolvimento e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

SÍNTESE DE INDICADORES

MILHÕES DE EUROS

AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA	2021	2020
Posição financeira		
Ativo líquido	128,7	132,5
Passivo	88,5	96,0
Capitais próprios	40,3	36,6
Resultado líquido	17,7	14,8
Atividade seguradora		
Prémios brutos emitidos	107,3	89,3
Custos com sinistros de seguro direto	(17,1)	(13,6)
Custos de aquisição	(53,5)	(45,8)
Saldo de resseguro	(4,8)	(6,0)
Resultados dos investimentos	0,5	0,5
Número de apólices em vigor	480 689	468 531
Quota de mercado (segmento vida risco, distribuído através da rede bancária)	14,4%	12,3%
Outras variáveis e rácios		
Número de colaboradores (em 31 de Dezembro) (*)	76	65
Prémios emitidos / Número de colaboradores	1,4	1,4
Resultado líquido / Número de colaboradores	0,2	0,2
Resultado líquido / Prémios emitidos	17%	17%

(*) Colaboradores das 2 seguradoras Aegon Santander Portugal + Administrador Delegado





ACTIVIDADE COMERCIAL

Distribuindo essencialmente através da rede do Banco Santander Totta, S.A., os contratos comercializados pela Companhia são exclusivamente contratos de seguro que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte e de invalidez, incluindo outras coberturas complementares tais como: doenças graves, desemprego, incapacidade temporária, entre outras.

Em Outubro de 2019, concretizou-se a incorporação na Aegon Santander Portugal Vida do ramo de atividade, comercializado originalmente pela Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. e cujo acordo de transferência foi assinado no final de 2018. Esta atividade foi consolidada durante o ano de 2020.

Nesta base e considerando a atividade global, em 2021, a Companhia atingiu um volume de prémios emitidos de 107,3 milhões de Euros, com particular destaque para um aumento de 11% em contratos de prémios periódicos, aumento de 33% no segmento de empresas (contratos de grupo) e de 51% em os produtos de prémios não periódicos, face a 2020.

O crescimento do volume de prémios emitidos, demonstra a solidez do mix estratégico de negócio da Companhia, que visa responder às necessidades dos clientes, elevar o seu nível de proteção e igualmente incrementar o seu nível de fidelização. Assim, o resultado da atividade comercial, em 2021, materializou-se num aumento de 3% do número de apólices em vigor, para 480 689 e um aumento da base de clientes em 1%. O volume de capitais seguros excede os 14 378 milhões de Euros.

Os custos com sinistros de seguro direto situaram-se nos 17,1 milhões de Euros (2020: 13,6 milhões de Euros), representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 15,9% (2020: 15,2%), sendo morte a principal cobertura afetada.

GESTÃO DE ATIVOS

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia não possuiu quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais ativos financeiros são analisados como segue:

	MILHÕES DE EUROS	
ATIVOS FINANCEIROS	2021	2020
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8,2	16,3
Ativos disponíveis para venda		
Títulos de dívida pública	29,0	27,3
De outros emissores	52,5	46,6
TOTAL	89,6	90,2

Em 2021, os resultados obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 478 milhares de Euros (2020: 511 milhares de Euros).

CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Em 2021, os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 9,7 milhões de Euros (2020: 10,2 milhões de Euros), destacando-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis, como segue:

	MILHÕES DE EUROS	
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2021	2020
Gastos com o pessoal	2,7	2,6
Fornecimentos e serviços externos	4,6	5,2
Impostos e taxas	0,1	0,0
Depreciações e amortizações do exercício	2,0	2,1
Juros suportados	0,0	0,0
Comissões	0,4	0,3
TOTAL	9,7	10,2

Os investimentos e melhorias contínuas introduzidos nos processos da Companhia, permitem uma estabilização da estrutura de custos, apesar do aumento de atividade e das soluções disponibilizadas aos Clientes.

RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

Na Aegon Santander Portugal, a missão é clara: ajudar os seus clientes a proteger o que lhes é mais precioso está no centro do que as equipas da Aegon Santander fazem. Este compromisso para com os clientes e alinhamento com a estratégia de negócio definida pelos Acionistas, contribuem de forma decisiva para o forte desempenho financeiro obtido e exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Aegon Santander Portugal (Vida e Não Vida), conta com 76 colaboradores (incluindo Administrador Delegado).

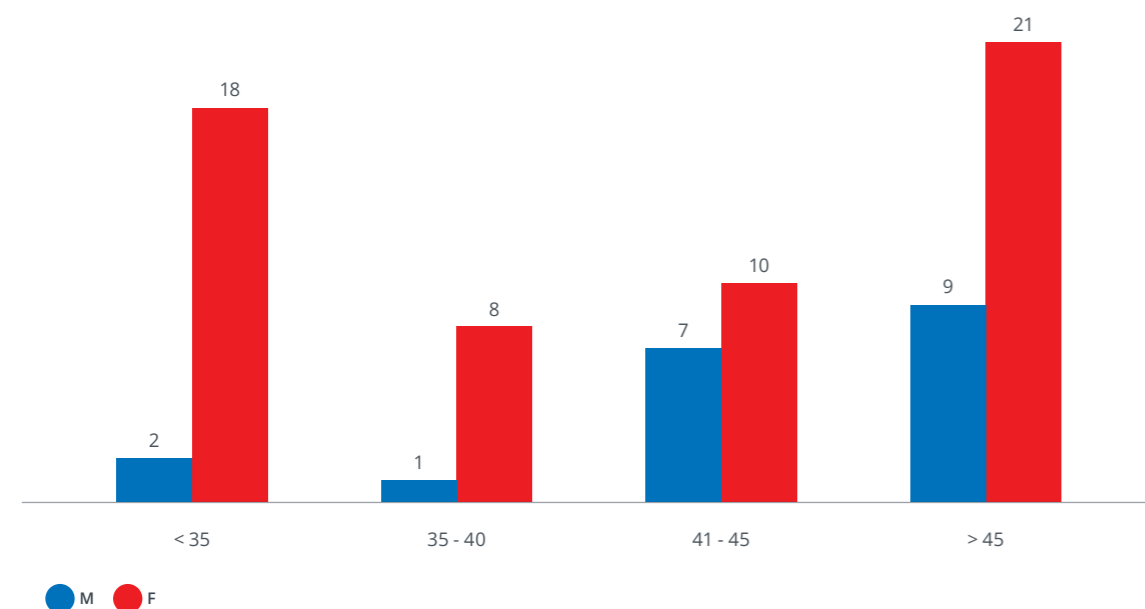
Os colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 42 anos, sendo 75% mulheres e 25% homens.

A estratégia de recursos humanos suporta a *performance* da Companhia, dando ênfase a: (i) foco nos clientes, ligando as atividades do dia-a-dia com a missão da organização; (ii) autonomia para os colaboradores atuarem em linha com os valores da Companhia; (iii) criar um ambiente de inclusividade e diversidade onde o contributo de todos é valorizado; e (iv) investimento ativo em competências, mind-sets e capacidades necessárias para alcançar sucesso na era digital.

A Companhia mantém igualmente o seu compromisso com os seus colaboradores, no que respeita ao desenvolvimento das suas carreiras e competências. Desenvolver novos líderes com foco na agilidade e execução e uma equipa globalmente capacitada para continuar a entregar crescimento contínuo para a Aegon Santander são prioridades dentro da organização.

Desde 2016, a Aegon Santander tem sido distinguida consecutivamente como uma das melhores empresas para trabalhar. Este facto que confirma a estratégia seguida na atração e retenção de talento e materializa-se na excelência dos resultados alcançados ao longo dos anos em todas as vertentes da atividade.

ESTRUTURA DE COLABORADORES



CAPITAL PRÓPRIO E SOLVÊNCIA

No final do ano de 2021, o Capital Próprio da Companhia encontrava-se nos 40,3 milhões de Euros (2020: 36,6 milhões de Euros), o que representa um acréscimo de 3,7 milhões de Euros face ao ano transato. Esta evolução é essencialmente explicada pelo resultado líquido do exercício.

No que se refere aos requisitos de capital, a Companhia privilegia a manutenção de rácios de solvência robustos, por forma a permanecer numa situação financeira estável. A gestão do nível de solvência é efetuada numa base trimestral, atendendo tanto às alterações do seu perfil de risco como das condicionantes económicas. Tendo por base o regime Solvência II, definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia respondeu aos seus requisitos durante o ano de 2021.

Como tal, é entendimento do Conselho de Administração, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2021, tendo por base a sua informação financeira e regulatória disponível. O rácio de solvência será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2022.

No que se refere aos requisitos de capital, a Companhia privilegia a manutenção de rácios de solvência robustos, por forma a permanecer numa situação financeira estável.





PERSPETIVAS PARA 2022

A Aegon Santander Portugal Vida reagiu bem aos desafios introduzidos pela pandemia Covid-19 e está bem posicionada perante os clientes que procuram marcas de confiança, soluções de valor, conveniência e serviços fiáveis.

A Companhia continuará a investir e inovar, mantendo foco na estratégia comercial definida, apostando nas sinergias que advêm do modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda. Nesta base, a experiência de cliente, terá o nosso foco, através da simplificação das *customer journeys*, digitalização e automatização com componentes de robótica e inteligência artificial.

O ano de 2022 ficará igualmente marcado pela continuidade das atividades de implementação do normativo IFRS 17, de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2023.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido da Aegon Santander Portugal Vida, em 2021, é de 17.716.475 Euros.

Deste resultado, 10% será utilizado para o reforço da Reserva Legal no montante de 1.771.647 Euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 147/2015.

No que diz respeito ao remanescente, no montante de 15.944.827 Euros, o Conselho de Administração propõe a sua distribuição em dividendos pelos Acionistas.

NOTA FINAL

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia.

Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 16 de março de 2022

O Conselho de Administração

02

Demonstrações Financeiras e Anexo

EUROS

AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA	NOTAS	2021	2020
CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	TÉCNICA VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2 l), 5	85 848 327	69 736 823
Prémios brutos emitidos		107 316 249	89 277 126
Prémios de resseguro cedido		(21 467 922)	(19 540 303)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	-
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2 l), 6	(8 384 052)	(8 118 506)
Montantes pagos		(7 814 907)	(5 590 588)
Montantes brutos		(15 834 074)	(12 037 511)
Parte dos resseguradores		8 019 167	6 446 923
Provisão para sinistros (variação)		(569 145)	(2 527 918)
Montante bruto		(1 236 248)	(1 576 926)
Parte dos resseguradores		667 103	(950 992)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	2 l), 7	(3 684 790)	1 901 144
Montante bruto		(273 745)	6 492 873
Parte dos resseguradores		(3 411 045)	(4 591 729)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	2 l), 19	(1 531 400)	(1 953 427)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	2 l), 8	(48 487 068)	(42 049 797)
Custos de aquisição		(53 536 866)	(45 796 908)
Custos de aquisição diferidos (variação)		361 924	(2 050 990)
Gastos administrativos		(6 721 429)	(6 832 957)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		11 409 303	12 631 058
Rendimentos	2 p), 9	1 246 311	1 237 714
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		1 246 311	1 237 714
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-
Outros		-	-
Gastos financeiros	2 p), 10	(847 073)	(804 309)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(827 267)	(777 526)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-
Outros		(19 806)	(26 783)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 d), 13	59 375	51 220
De ativos disponíveis para venda		59 375	51 220
De empréstimos e contas a receber		-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-
De outros		-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-
Diferenças de câmbio		-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(11 517)	(23 182)
De ativos disponíveis para venda		-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-
De outros		(11 517)	(23 182)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(2 835)	354
Outras provisões (variação)		-	-
Outros rendimentos/gastos	2 c), 2 s), 14	26 223	200 229
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		24 216 795	20 178 262
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	2 m), 21	-	(5 402 342)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	2 m), 21	-	14
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17 716 475	14 775 934

EUROS

AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA	NOTAS	2021	2020
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 g), 15	8 153 985	16 342 299
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		100	100
Valorizados ao custo		100	100
Valorizados ao justo valor		-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-
Titulos de dívida		-	-
Derivados		-	-
Outros		-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-
Titulos de dívida		-	-
Outros		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Cobertura de justo valor		-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 d), 16	81 485 753	73 832 548
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-
Titulos de dívida		81 485 753	73 832 548
Outros		-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-
Outros depósitos		-	-
Empréstimos concedidos		-	-
Contas a receber		-	-
Outros		-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-
Titulos de dívida		-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-
Outros		-	-
Terrenos e edifícios		-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-
Outros ativos tangíveis	2 b), 17	528 029	298 190
Inventários		-	-
Goodwill		-	-
Outros ativos intangíveis	2 c), 18	20 341 911	9 720 068
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 l), 19	27 362 171	29 106 021
Provisão matemática		15 037 965	16 029 908
Provisão para sinistros		6 545 522	5 878 419
Provisão para participação nos resultados		5 778 685	7 197 694
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 d), 2 l), 20	3 714 415	3 163 355
Contas a receber por operações de seguro direto		2 478 912	2 068 595
Contas a receber por operações de resseguro		213 865	233 448
Contas a receber por outras operações		1 021 638	861 313
Ativos por impostos e taxas		-	-
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Acréscimos e diferimentos	2 s), 22	48 931	60 656
Outros elementos do ativo		33 110	24 734
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-
TOTAL ATIVO		141 668 406	128 745 010

EUROS

AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA

	NOTAS	2021	2020
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021			
PASSIVO			
Provisões técnicas	2 l), 19	68 936 427	66 256 959
Provisão matemática		48 570 041	46 750 394
Provisão para sinistros		18 671 233	17 434 985
Provisão para participação nos resultados		1 695 153	2 071 580
Provisão para participação nos resultados a atribuir		1 695 153	2 071 580
Provisão para participação nos resultados atribuída		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-
Provisão para riscos em curso		-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-
Valorizados ao custo amortizado		-	-
Outros passivos financeiros	2 f), 23	3 128 039	4 180 968
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		3 128 039	4 180 968
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2 l), 24	11 181 386	20 925 062
Contas a pagar por operações de seguro direto		4 832 051	3 286 043
Contas a pagar por operações de resseguro		6 324 372	6 382 453
Contas a pagar por outras operações		24 963	11 256 566
Passivos por impostos e taxas	2 m), 21	2 386 114	1 817 400
Passivos por impostos (e taxas) correntes		2 237 131	1 430 229
Passivos por impostos diferidos		148 983	387 171
Acréscimos e diferimentos	2 s), 22	2 827 060	2 815 847
Outras provisões		-	-
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
TOTAL PASSIVO		88 459 025	95 996 236
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	2 h), 25	7 500 000	7 500 000
Dividendo Antecipado		-	-
Outros instrumentos de Capital		-	-
Reservas de reavaliação	2 j), 25	615 498	1 535 507
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		615 498	1 535 507
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	2 k), 25	(163 107)	(399 232)
Outras reservas	2 i), 25	14 617 119	13 139 525
Reserva legal		5 317 119	3 839 525
Reserva estatutária		-	-
Prémios de emissão		9 300 000	9 300 000
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		-	-
Resultado do exercício		17 716 475	14 775 934
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		40 285 985	36 551 734
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		128 745 010	132 547 970

AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
Capital próprio em 31 de dezembro 2020	2 h), 25	7 500 000	1 535 507	(399 232)	13 139 525	-	14 775 934	36 551 734
Aplicação de resultados	2 i), 25	-	-	-	1 477 593	-	(1 477 593)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(13 298 341)	(13 298 341)
Outro rendimento integral:								
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 25	-	(920 009)	-	-	-	-	(920 009)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	2 k), 25	-	-	236 125	-	-	-	236 125
Total da variação do Capital Próprio		-	(920 009)	236 125	1 477 593	-	(14 775 934)	(13 982 225)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	17 716 475	17 716 475
CAPITAL PRÓPRIO A 31 DEZEMBRO 2021		7 500 000	615 498	(163 107)	14 617 119	-	17 716 475	40 285 985

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
Capital próprio em 31 de dezembro 2019	2 h), 25	7 500 000	1 228 002	(319 281)	11 949 079	-	11 904 466	32 262 266
Aplicação de resultados	2 h), 25	-	-	-	1 190 447	-	(1 190 447)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(10 714 019)	(10 714 019)
Outro rendimento integral:								
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 25	-	307 505	-	-	-	-	307 505
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	2 k), 25	-	-	(79 951)	-	-	-	(79 951)
Total da variação do Capital Próprio		-	307 505	(79 951)	1 190 447	-	(11 904 466)	(10 486 466)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	14 775 934	14 775 934
CAPITAL PRÓPRIO A 31 DEZEMBRO 2020		7 500 000	1 535 507	(399 232)	13 139 525	-	14 775 934	36 551 734

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	NOTAS	2021	2020
Resultado líquido do exercício		17 716 475	14 775 934
Outro rendimento integral do exercício			
Ativos que reclassificam por resultados			
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 25	(920 009)	307 505
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	2 k), 25	236 125	(79 951)
RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO EXERCÍCIO		17 032 591	15 003 487

AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Operações de seguro		
Prémios de seguro direto	110 119 355	91 762 708
Custos com sinistros de seguro direto	(15 944 894)	(11 585 717)
Comissões por intermediação de seguros	(43 647 324)	(36 759 996)
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(4 651 852)	(6 122 096)
Outros fluxos de caixa		
Pagamentos a fornecedores	(10 829 450)	(10 809 307)
Pagamentos ao pessoal	(1 665 397)	(1 418 975)
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(10 021 043)	(8 544 065)
Outros fluxos de caixas operacionais	449 166	518 793
TOTAL	23 808 559	17 041 344
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos financeiros		
Aquisições	(18 043 772)	(21 912 325)
Vendas	1 665 900	2 070 760
Amortizações de capital	6 890 000	12 777 260
Rendimentos de títulos	1 392 985	1 349 626
Outros investimentos		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	110 373	312 548
Total	(7 984 513)	(5 402 131)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(24 012 360)	-
TOTAL	(24 012 360)	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(8 188 314)	11 639 213
Caixa e Equivalentes e Depósitos no início do período	16 342 299	4 703 085
Caixa e Equivalentes e Depósitos no final do período	8 153 985	16 342 299

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

NOTAS EXPLICATIVAS

(Montantes em Euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo vida, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP).

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a invalidez da pessoa segura.

Conforme indicado na Nota 25, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se insere (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 16.800.000 Euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7.500.000 Euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 Euro cada, e o prêmio de emissão no montante de 9.300.000 Euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia uma carteira de seguros vida risco correspondente às apólices de seguros vida risco individual da Santander Totta Seguros subscritas a partir de 1 de julho de 2012, através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. em Portugal, bem como os respetivos ativos e passivos associados.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

Em outubro de 2019, concretizou-se a incorporação do ramo de atividade adquirido à Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. no final de 2018, composto por apólices de seguro do ramo vida risco, originalmente comercializadas pela ex-Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A., juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o sétimo exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2021.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2021

- IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19'. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9'. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de juro de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, que a União Europeia já endossou:

- IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração específica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021). A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já estiver a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar esta extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo (*building block approach*) ou simplificado (*premium allocation approach*). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de

ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um *covenant*. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS *Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 8 (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas

como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 17 (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um *overlay* na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia comercializa apenas contratos de seguro Vida Risco, este constitui o seu único segmento.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

• Equipamento administrativo	12,50%
• Máquinas e ferramentas	20,00%
• Equipamento informático	33,33%
• Material de transporte	25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou ainda nesta rubrica os valores das carteira de seguros vida risco transferidas da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 2014 e 2019, os quais serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Investimentos em filiais**
São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.

- **Investimentos em associadas**
São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações

financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.

- **Empreendimentos conjuntos**
São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis. Atualmente a Companhia apenas detém uma participação de 100 Euros na Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE).

- **Ativos financeiros detidos para negociação**
Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

- **Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas**
Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

- **Ativos disponíveis para venda**
Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.

- **Investimentos a deter até à maturidade**
São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

- **Empréstimos concedidos e contas a receber**
Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos

são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registrados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controle sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registrados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registrados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza.

As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os *exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do *Bloomberg Generic Price* (BGN), formado na data e

divulgado até ao momento de referência da valorização, pela Bloomberg. Caso não exista um preço BGN, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registrados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respetivo custo e,
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade, utilizado pela Companhia, teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica "Contas a receber por operações de seguro direto".

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

e) Outros ativos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade.

Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

h) Capital social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

k) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

l) Contratos de seguro e contratos de investimento

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afete de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados). A Companhia apenas comercializa contratos de Seguros de Vida.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados como se segue:

- **Prémios**
Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros. Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.
- **Custos de aquisição**
Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro. Para além do Banco Santander Totta, S.A., a Companhia incorre igualmente em custos de aquisição com outros mediadores, angariadores originais de parte da atividade transferida da ex-Eurovida e incorporada em 2019. Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.
- **Provisão matemática**
A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores atuais das responsabilidades da Companhia e os valores atuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emi-

tidas, sendo calculada com base em métodos atuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para cada uma das modalidades. As tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95, com taxas técnicas entre os 0% e os 4%, dependendo da tipologia do produto. A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, procede à zillmerização das provisões matemáticas calculadas para cada contrato até ao limite de 85% dos encargos de aquisição próprios do contrato e ainda não amortizados.

- **Provisão para sinistros**
A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR). A Companhia tem ainda em consideração o montante necessário para fazer face à gestão de sinistros.
- **Provisão para participação nos resultados**
A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.
- **Provisões técnicas de resseguro cedido**
As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e que correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro de vida.
- **Contas a receber e a pagar de contratos de seguro e de contratos de investimento**
Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro e de investimento são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro. Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).
- **Contas a receber e a pagar por operações de resseguro**
A Companhia decorre a sua atividade de negócio aos Resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro. Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

• **Plano de benefícios pós emprego**

Em 2 de dezembro de 2020, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e sindicatos representativos da classe profissional (STAS, SISEP e SINAPSA), a 6 de abril de 2020. De acordo com o n.º 1 da cláusula 52.ª do ACT, "Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa". O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa. Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo VII do ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador. O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido. Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

• **Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)**

Ao abrigo da cláusula 44.ª do ACT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

• **Benefícios de saúde**

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

• **Bónus de desempenho**

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia. Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

• **Estimativa para férias e subsídio de férias**

Os encargos com férias e subsídio de férias dos Colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica 'Acréscimos e diferimentos' no passivo da Demonstração da posição financeira.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

q) Transações em moeda estrangeira

As conversões para Euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

r) Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual introduziu alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação, a Companhia passou a ter de reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de “direito de uso”.

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. O passivo deverá ser

remensurado sempre que existirem alteração no contrato de locação que assim o justifiquem.

O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

Tendo por base o referido acima, os contratos de locação que a Companhia possuía a 1 de janeiro de 2019, assim como os assinados posteriormente até 31 de dezembro de 2021, não se enquadravam no âmbito da adoção da IFRS 16, pelo que o tratamento contabilístico dos referidos contratos no exercício de 2021 manteve-se inalterado face a exercício anteriores.

s) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

t) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

3. Principais estimativas contábilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contábilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contábilística com a designação de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos Vida tradicionais são determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, aplicáveis a cada uma das coberturas.

Os pressupostos utilizados baseiam-se na experiência da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem as seguintes categorias: (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados (apenas de resseguro cedido), e (iii) provisão para sinistros.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estime pagar é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro, avaliando periodicamente as suas responsabilidades, tendo em consideração as coberturas de resseguro respetivas previstas nos tratados celebrados.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

d) Imparidade de ativos intangíveis

A Companhia efetua uma análise de indicadores de imparidade dos ativos intangíveis, tendo por base a estimativa do valor atual dos fluxos de caixa esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

e) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é

possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

Os contratos comercializados pela Companhia são exclusivamente contratos de seguro que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte, invalidez, incluindo outras coberturas complementares.

Nesta base, Vida Risco constitui o seu único segmento, cujos resultados encontram-se apresentados na Conta de Ganhos e Perdas, sob o título 'Técnica Vida'.

Os ativos e passivos são desagregados como segue:

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

	2021			2020		
	VIDA RISCO	NÃO ALOCADOS	TOTAL	VIDA RISCO	NÃO ALOCADOS	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	8 153 985	8 153 985	-	16 342 299	16 342 299
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	100	100	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	81 485 753	-	81 485 753	73 832 548	-	73 832 548
Outros ativos tangíveis	-	296 937	296 937	-	298 190	298 190
Outros ativos intangíveis	7 232 890	626 886	7 859 776	9 508 246	211 822	9 720 068
Provisões técnicas de resseguro cedido	27 362 171	-	27 362 171	29 106 021	-	29 106 021
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 482 609	1 021 638	3 504 247	2 302 043	861 313	3 163 355
Ativos por impostos e taxas	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	48 931	48 931	-	60 656	60 656
Outros elementos do ativo	-	33 110	33 110	-	24 734	24 734
TOTAL DE ATIVOS	118 563 423	10 181 587	128 745 010	114 748 857	17 799 113	132 547 970
Provisões técnicas	68 936 427	-	68 936 427	66 256 959	-	66 256 959
Outros passivos financeiros	3 128 039	-	3 128 039	4 180 968	-	4 180 968
Outros passivos	11 156 423	5 238 136	16 394 559	9 668 496	15 889 812	25 558 308
TOTAL DE PASSIVOS	83 220 889	5 238 136	88 459 025	80 106 423	15 889 812	95 996 236

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Prémios brutos emitidos	107 316 249	89 277 126
Prémios de resseguro cedido	(21 467 922)	(19 540 303)
PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO	85 848 327	69 736 823

Alguns indicadores relativos aos Seguros de Vida podem ser analisados como se segue:

	EUROS			
	2021		2020	
Prémios brutos emitidos de seguro direto	-	107 316 249	-	89 277 126
Relativos a contratos individuais	96 395 122	-	81 083 196	-
Relativos a contratos de grupo	10 921 127	107 316 249	8 193 930	89 277 126
Periódicos	75 277 938	-	67 995 523	-
Não periódicos	32 038 311	107 316 249	21 281 603	89 277 126
De contratos sem participação nos resultados	105 444 236	-	87 225 478	-
De contratos com participação nos resultados	1 872 013	107 316 249	2 051 648	89 277 126
Prémios de resseguro aceite	-	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	(21 467 922)	-	(19 540 303)
SALDO DE RESSEGURO	-	(4 783 394)	-	(6 005 042)

Os prémios de seguro encontram-se calculados em conformidade com as bases técnicas das respetivas modalidades. Anualmente, a Companhia procede à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas, verificando a adequação dos prémios praticados, de forma a garantir os compromissos assumidos decorrentes dos sinistros associados aos contratos em causa.

6. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Seguro direto	17 070 322	13 614 437
Montantes pagos		
Prestações	15 479 709	11 810 124
Custos de gestão de sinistros imputados (Nota 11)	354 365	227 387
Provisão para sinistros (variação)	1 236 248	1 576 926
Resseguro cedido	(8 686 270)	(5 495 931)
Montantes pagos	(8 019 167)	(6 446 923)
Provisão para sinistros (variação)	(667 103)	950 992
CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO	8 384 052	8 118 506

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional, calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2021	2020	NOTAS
Rácio de sinistralidade	15,9%	15,2%	Custos com sinistros de seguro direto / Prémios brutos emitidos
Rácio de despesa	55,8%	61,2%	Custos e gastos de exploração / Prémios brutos emitidos
Rácio combinado	71,7%	76,5%	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
Rácio financeiro	0,4%	0,5%	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
Rácio operacional	71,3%	76,0%	Rácio combinado - Rácio financeiro

7. Provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro

A rubrica provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 19.

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Custos de aquisição	50 959 772	42 636 494
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	2 577 094	3 160 414
Custos de aquisição diferidos	(361 924)	2 050 990
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	6 721 429	6 832 957
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(11 409 303)	(12 631 058)
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO, LÍQUIDOS DE RESSEGURO	48 487 068	42 049 797

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos. Ver Nota 11.

Os custos de aquisição incluem o montante de 44,7 milhões de Euros (2020: 36,3 milhões de Euros) relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia. Ver Nota 26.

Em 2021, os custos de aquisição refletem ainda iniciativas desenvolvidas no âmbito de processos comerciais e de contratação, com vista à obtenção de maior digitalização e maior facilidade/eficiência interna e externa à Companhia.

A rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro, inclui o montante de 5,9 milhões de Euros (2020: 7,1 milhões de Euros) relativo à componente de participação nos resultados. Ver Nota 19.

9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2021	2020
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda	-	-
Juros	1 246 311	1 237 714
TOTAL	1 246 311	1 237 714

10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros é analisada como segue:

	EUROS	
	2021	2020
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda	-	-
Custo amortizado pela taxa efectiva	827 267	777 526
Outros		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	19 806	26 783
TOTAL	847 073	804 309

11. Custos por natureza imputados

Os gastos por natureza são imputados por função como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Gastos por função		
Custos com sinistros (Nota 6)	354 365	227 387
Custos de aquisição (Nota 8)	2 577 094	3 160 414
Custos administrativos (Nota 8)	6 721 429	6 832 957
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	19 806	26 783
TOTAL	9 672 694	10 247 541

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

	EUROS	
	2021	2020
Gastos por natureza		
Gastos com o pessoal	2 710 045	2 561 513
Fornecimentos e serviços externos	4 561 947	5 247 736
Impostos e taxas	51 592	42 933
Depreciações e amortizações do exercício	1 971 918	2 054 620
Juros	1 493	5 665
Comissões	375 699	335 073
TOTAL	9 672 694	10 247 541

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2021	2020
Remunerações		
Dos órgãos sociais	191 625	230 143
Do pessoal	1 871 302	1 727 234
Encargos sobre remunerações	362 729	335 024
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	33 202	30 200
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	9 171	3 124
Seguros	113 392	96 075
Outros gastos com pessoal	128 625	139 714
TOTAL	2 710 045	2 561 513

A remuneração dos Órgãos Sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Remunerações		
Conselho Fiscal		
Presidente	18 540	18 540
Vogal	10 200	10 200
Vogal	10 200	10 200
Conselho de Administração		
Administrador Delegado (*)	86 385	83 748
Conselho de Administração		
Remunerações variáveis (**)	66 300	107 455
TOTAL	191 625	230 143

(*) inclui estimativas de custos com férias e subsídio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos.

(**) apenas Administrador Delegado

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A. tem ao seu serviço 76 colaboradores, incluindo o Administrador Delegado, (2020: 65).

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Material de escritório	36 016	21 943
Conservação e reparação	9 463	16 631
Comunicação	331 023	256 395
Deslocações e estadas	19 836	17 420
Trabalhos especializados	3 934 481	4 773 219
Quotizações (da atividade)	11 689	15 999
Outros fornecimentos e serviços	219 439	146 128
TOTAL	4 561 947	5 247 736

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos- trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 85 milhares de Euros (2020: 83 milhares de Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia [no montante de 57 milhares de Euros (2020: 55 milhares de Euros)] e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial [no montante de 28 milhares de Euros (2020: 28 milhares de Euros)].

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,7 milhões de Euros relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2020: 1,7 milhões de Euros), bem como 576 milhares de Euros (2020: 1 milhão de Euros) relativos a gastos de consultoria associados a projetos de natureza atuarial, comercial e de implementação da nova norma contabilística IFRS 17.

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico, no montante de 596 milhares de Euros (2020: 909 milhares de Euros), (Ver Nota 26), bem como outros gastos de serviços de *outsourcing*.

As depreciações e amortizações do exercício são analisadas como segue:

	EUROS	
	2021	2020
Ativos tangíveis	111 626	63 726
Ativos intangíveis	1 860 292	1 990 894
TOTAL	1 971 918	2 054 620

Ver Nota 17 e Nota 18.

12. Benefícios a empregados

Nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo para a atividade seguradora, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho.

Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (plano individual de reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2021 ascendeu a 33 milhares de Euros (2020: 30 milhares de Euros).

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do ACT, a cláusula 42.ª contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2021 ascendeu a 9 milhares de Euros (2020: 3 milhares de Euros).

BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

Ver Nota 11.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda correspondem a valias obtidas na alienação de títulos.

14. Outros rendimentos/gastos

O montante registado em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de Outros rendimentos/gastos corresponde essencialmente a proveitos relativos à prestação de serviços administrativos à Santander Totta Seguros, S.A..

Ver Nota 26.

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Caixa e seus equivalentes	-	-
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	8 153 985	16 342 299
TOTAL	8 153 985	16 342 299

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta, S.A.

16. Ativos disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

	CUSTO AMORTIZADO	VARIÇÃO NO JUSTO VALOR		JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
		POSITIVA	NEGATIVA			
		EUROS				
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	28 053 386	620 861	(17 909)	28 656 338	313 538	28 969 876
De outros emissores públicos	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	52 193 344	279 035	(266 489)	52 205 890	309 987	52 515 877
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	80 246 730	899 896	(284 398)	80 862 228	623 525	81 485 753
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	25 973 529	970 061	(3 347)	26 940 243	324 000	27 264 243
De outros emissores públicos	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	45 642 822	583 044	(14 251)	46 211 614	356 691	46 568 305
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	71 616 350	1 553 105	(17 598)	73 151 857	680 690	73 832 548

17. Outros ativos tangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Equipamento informático	158 455	113 072
Material de transporte	369 574	329 583
	528 029	442 655
Amortizações acumuladas	(231 092)	(144 465)
TOTAL	296 937	298 190

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2021 e 2020 são analisados como se segue:

	EUROS			
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	DEPRECIAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos tangíveis				
Equipamento informático	37 540	45 383	(26 627)	56 296
Material de transporte	260 650	64 990	(84 999)	240 641
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	298 190	110 373	(111 626)	296 937
Outros ativos tangíveis				
Equipamento informático	22 814	32 955	(18 229)	37 540
Material de transporte	26 553	279 594	(45 497)	260 650
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	49 367	312 548	(63 726)	298 190

Considera-se que o valor contábilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2021 e 2020 não foram registradas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

18. Outros ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Transferência da carteira vida risco	9 300 000	9 300 000
Transferência da carteira comercializada pela Ex-Eurovida	6 336 096	6 336 096
Despesas com aplicações informáticas	4 705 815	4 705 815
	20 341 911	20 341 911
Amortizações acumuladas	(12 482 135)	(10 621 843)
TOTAL	7 859 776	9 720 068

Os movimentos ocorridos durante os anos de 2021 e 2020 são analisados como se segue:

	EUROS			
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	DEPRECIÇÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos intangíveis				
Transferência da carteira vida risco	3 172 149	-	(593 753)	2 578 396
Transferência da carteira comercializada pela Ex-Eurovida	5 347 665	-	(693 172)	4 654 494
Despesas com aplicações informáticas	1 200 253	-	(573 367)	626 886
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	9 720 068	-	(1 860 292)	7 859 776
Outros ativos intangíveis				
Equipamento informático	3 797 483	-	(625 333)	3 172 149
Transferência da carteira comercializada pela Ex-Eurovida	6 139 857	-	(792 192)	5 347 665
Material de transporte	1 773 622	-	(573 369)	1 200 253
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	11 710 962	-	(1 990 894)	9 720 068

O saldo da rubrica 'Transferência da carteira vida risco' corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros vida risco anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método *Traditional Embedded Value (value of the in force business)*, utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

No final de 2018, a Companhia celebrou com a Santander Totta Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiriu um ramo de atividade constituído por uma carteira de apólices de seguros de vida originalmente comercializadas pela Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, pelo montante total de 7,8 milhões de Euros. Para efeitos de definição do preço de transferência, foi utilizado o método *cash-flows* futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto de 11,5%. Os *cash-flows* futuros foram projetados até ao término de cada apólice, considerando uma taxa de anulação adequada ao portfólio.

O preço final acordado para a transferência foi posteriormente ajustado para 6,3 milhões de Euros, tendo em conta as cláusulas de ajustamento de preço previstas no referido contrato.

Para além dos ativos e passivos identificados no contrato de transferência a Companhia identifica ainda como um ativo intangível adquirido o *value of business acquired (VOBA)* relativo à carteira de seguros que faz parte integrante do negócio. O VOBA da referida carteira de seguros ascende a 6,3 milhões de Euros e pretende refletir o valor estimado dos benefícios económicos futuros que serão gerados pelas apólices que constituem a referida carteira.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma análise a indicadores de imparidade destes ativos. Esta análise incluiu entre outros aspetos a comparação dos principais pressupostos incluídos na avaliação que definiram os preços de transferência com a atual evolução das carteiras nos períodos decorridos, em particular (i) comportamento de anulação dos contratos; (ii) evolução da sinistralidade; e (iii) rentabilidade efetivas da carteiras. Adicionalmente, foram considerados a existência de fatores externos e internos que possam afetar os *cash-flows* futuros. Esta análise permitiu concluir sobre a inexistência de indicadores de imparidade.

Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que a referida carteira gere benefícios económicos para a Companhia. O saldo remanescente será amortizado como segue:

	EUROS					
AMORTIZAÇÃO ESTIMADA	2022	2023	2024	2025	2026	APÓS
Transferência da carteira vida risco	530 000	490 000	460 000	324 000	229 000	545 000
Transferência da carteira comercializada pela Ex-Eurovida	611 000	540 000	479 000	424 000	372 000	2 228 000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do *software* em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

Para os restantes ativos, considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos.

19. Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

EUROS						
	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	2021	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	2020
Provisão matemática do Ramo Vida	48 570 041	(15 037 965)	33 532 077	46 750 394	(16 029 908)	30 720 486
Provisão para sinistros	18 671 233	(6 545 522)	12 125 711	17 434 985	(5 878 419)	11 556 566
Provisão para participação nos resultados	1 695 153	(5 778 685)	(4 083 531)	2 071 580	(7 197 694)	(5 126 114)
TOTAL DE PROVISÕES TÉCNICAS	68 936 427	(27 362 171)	41 574 257	66 256 959	(29 106 021)	37 150 938

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede à zillmerização das provisões matemáticas em linha com o normativo emitido pela ASF. As provisões matemáticas de seguro direto e resseguro cedido desagregam-se como segue:

EUROS						
	PROVISÃO NÃO ZILMERIZADA	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2021	PROVISÃO NÃO ZILMERIZADA	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2020
Seguro direto	75 071 747	(26 501 705)	48 570 042	72 890 175	(26 139 781)	46 750 394
Resseguro cedido	(17 521 343)	2 483 378	(15 037 965)	(19 119 952)	3 090 044	(16 029 908)
PROVISÃO MATEMÁTICA LÍQUIDA DE RESSEGURO	57 550 404	(24 018 327)	33 532 077	53 770 223	(23 049 737)	30 720 486

A variação da provisão não zillmerizada (seguro direto e resseguro cedido) e custos de aquisição diferidos de seguro direto são registadas nas correspondentes rubricas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido encontra-se incluída na rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro.

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 5,4 milhões de Euros (2020: 5,5 milhões de Euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR), assim como para o desenvolvimento de processos de sinistros já reportados (IBNER).

20. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode decompôr-se como se segue:

EUROS		
	2021	2020
Contas a receber por operações de seguro direto	2 478 912	2 267 246
Contas a receber por operações de resseguro	213 865	233 448
Contas a receber por outras operações	1 021 638	861 313
	3 714 415	3 362 006
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	(210 168)	(198 651)
TOTAL	3 504 247	3 163 355

Na rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto encontra-se registado essencialmente o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 2,5 milhões de Euros (2020: 2,3 milhões de Euros).

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Contas a receber por outras operações, inclui ainda o montante de 1 milhão de Euros (2020: 851 milhares de Euros) a receber da Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal, no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2022. Ver Nota 26.

21. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2021 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, no entanto, é convicção do Conselho de Administração, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são analisados como se segue:

EUROS						
	ATIVOS	PASSIVOS	2021	ATIVOS	PASSIVOS	2020
Impostos correntes						
IRC a pagar	-	1 792 123	(1 792 123)	-	1 066 733	(1 066 733)
Retenção de imposto na fonte	-	40 340	(40 340)	-	34 773	(34 773)
IVA a pagar	-	7 183	(7 183)	-	15 798	(15 798)
INEM	-	314 004	(314 004)	-	244 151	(244 151)
Taxa para a ASF	-	27 032	(27 032)	-	21 133	(21 133)
Contribuições para a Segurança Social	-	56 449	(56 449)	-	47 640	(47 640)
TOTAL	-	2 237 131	(2 237 131)	-	1 430 229	(1 430 229)

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2021 e 2020, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados da seguinte forma:

				EUROS
	2020	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2021
Ativos / (passivos) por impostos diferidos				
Reserva de justo valor	(399 232)	236 125	-	(163 107)
Benefícios pós-emprego	12 061	-	2 063	14 124
TOTAL	(387 171)	236 125	2 063	(148 983)

				EUROS
	2019	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2020
Ativos / (passivos) por impostos diferidos				
Reserva de justo valor	(319 281)	(79 951)	-	(399 232)
Benefícios pós-emprego	12 047	-	14	12 061
TOTAL	(307 234)	(79 951)	14	(387 171)

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

		EUROS	
	2021	2020	
Resultado antes de impostos	24 231 501	20 178 262	
Gasto de imposto nominal (26,3%)	(6 468 663)	(5 354 022)	
Gasto de imposto efetivo	(6 515 027)	(5 402 328)	
Taxa efetiva de imposto	26,9%	26,8%	
Diferença	(46 364)	(48 306)	
Tributação autónoma	(57 245)	(57 889)	
Benefícios fiscais	10 510	18 192	
Outros	372	(8 609)	
DIFERENÇA	(46 364)	(48 306)	

22. Acréscimos e diferimentos

A rubrica acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisada como se segue:

		EUROS	
	2021	2020	
Ativo			
Acréscimos de proveitos	-	26 556	
Gastos diferidos	48 931	34 100	
Total acréscimos e diferimentos ativos	48 931	60 656	
Passivo			
Acréscimos de gastos			
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	(783 228)	(738 998)	
Outros acréscimos de gastos	(2 043 832)	(2 076 849)	
Total acréscimos e diferimentos passivos	(2 827 060)	(2 815 847)	
TOTAL	(2 778 129)	(2 755 191)	

A rubrica de Remunerações e respectivos encargos a liquidar inclui os montantes de 289 milhares de Euros (2020: 245 milhares de Euros) relativo a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício, bem como 427 milhares Euros (2020: 478 milhares de Euros) de estimativa de bónus.

A rubrica de Outros acréscimos de gastos inclui gastos de aquisição no montante de 1,3 milhões de Euros (2020: 1,1 milhões de Euros), bem como custos de reporte regulatório, consultoria, informática e outros trabalhos especializados no montante de 593 milhares de Euros (2020: 796 milhares de Euros) incorridos e ainda não liquidados.

23. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica diz respeito integralmente a depósitos recebidos de resseguradores no âmbito dos tratados de resseguro celebrados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, foi transferida para a Companhia a posição contratual da Santander Totta Seguros nos contratos de resseguro com a General Re, Partner Re, Swiss Re e Munich Re, os quais preveem uma retenção calculada numa base trimestral, do valor correspondente à soma da provisão relativa aos prémios cedidos e não adquiridos. Tal retenção vence juros às taxas de 4% e 1% ao ano, considerando o número de dias efetivos reais (ACT/ACT).

Em 31 de dezembro de 2021, essa retenção ascende a 27 milhares de Euros (2020: 130 milhares de Euros).

Em 31 de dezembro de 2021, este saldo inclui ainda as retenções dos restantes tratados de resseguro, no montante de 3,1 milhões de Euros (2020: 4,1 milhões de Euros), as quais não vencem juros.

24. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Contas a pagar por operações de seguro direto	4 832 051	3 286 043
Contas a pagar por operações de resseguro	6 324 372	6 382 453
Contas a pagar por outras operações	24 963	11 256 566
TOTAL	11 181 386	20 925 062

A rubrica de 'Contas a pagar por operações de seguro direto' inclui o montante de 4,2 milhões de Euros (2020: 3,1 milhões de Euros), a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro referentes a Dezembro de 2021, o qual foi integralmente liquidado em janeiro de 2022. Ver Nota 26.

Em 2020, a rubrica de 'Contas a pagar por outras operações' inclui o montante de 10,7 milhões de Euros relativos a dividendos aprovados para distribuição pela Assembleia Geral em 30 de março de 2020, que considerando as recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico Covid-19, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, na sua Carta-circular n.º 2/2020 de 30 de março, o Conselho de Administração decidiu não efetuar de imediato a liquidação financeira dos dividendos aprovados, fazendo-o no decorrer do ano 2021.

25. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7.500.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

RESULTADOS BÁSICOS POR AÇÃO

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

	EUROS	
	2021	2020
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	17 716 475	14 775 934
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7 500 000	7 500 000
TOTAL	2,36	1,97

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence aos Acionistas, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Ativos disponíveis para venda		
Variação de justo valor		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	602 952	966 714
De outros emissores públicos	-	-
De outros emissores	12 546	568 792
SALDO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR	615 498	1 535 507

Ver adicionalmente a Nota 16.

RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 21.

OUTRAS RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica de outras reservas ascende a 14,6 milhões de Euros (2020: 13,1 milhões de Euros), dos quais 9,3 milhões de Euros (2020: 9,3 milhões de Euros) correspondem ao prémio de emissão (Nota 1) e 5,3 milhões de Euros (2020: 3,8 milhões de Euros) a reserva legal. O referido prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela transferência da carteira de apólices de seguro vida risco.

26. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia comercializa Seguros de Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire ainda alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Em 2019, a Companhia celebrou um contrato com a sua acionista Santander Totta Seguros, S.A., através do qual presta serviços de gestão administrativa (entre outros: serviços de gestão financeira, gestão de sinistros e reclamações). Estes serviços terminaram em 2020.

Considerando as recomendações no âmbito da situação excepcional relacionada com o surto pandémico Covid-19, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, na sua Carta-circular nº 2/2020 de 30 de março, o Conselho de Administração decidiu não efetuar de imediato a liquidação financeira dos dividendos aprovados, relativos a resultados do exercício de 2019, efetuando-a em 2021.

Em 2021, foi concretizada a liquidação financeira de dividendos, relativos a resultados de anos anteriores no montante de 24 milhões de Euros.

Adicionalmente, salienta-se que a maioria dos colaboradores possui contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu, em 2021 e 2020, como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

	EUROS					
	PROVEITOS / (CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (A PAGAR)	PROVEITOS / (CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (A PAGAR)
Banco Santander Totta, S.A.						
Comissões de mediação	(44 666 555)	-	(4 233 353)	(36 320 357)	-	(3 062 919)
Depósitos à Ordem	-	8 153 985	-	-	16 342 299	-
Suporte tecnológico	(92 788)	-	-	(306 233)	-	-
Outros	(516 595)	-	-	(425 370)	-	-
Santander Global Technology, S.L.						
Serviços informáticos	(150 228)	-	-	(150 228)	-	-
Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)						
Serviços administrativos e de exploração	(596 211)	-	-	(908 978)	-	(490 798)
Suporte tecnológico	(26 500)	-	-	(30 000)	-	(15 000)
Santander Totta Seguros, S.A.						
Serviços de gestão administrativa	-	-	-	145 289	-	26 555
Dividendos de 2019 pendentes de liquidação	-	-	-	-	-	(5 249 869)
Outras operações	-	-	(1 725)	-	-	(1 725)
Aegon Spain Holding, B.V.						
Dividendos de 2019 pendentes de liquidação	-	-	-	-	-	(5 464 150)
Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A.						
Custos com o pessoal	-	-	1 018 744	-	-	851 364
TOTAL	(46 048 876)	8 153 985	(3 216 334)	(37 995 877)	16 342 299	(13 406 542)

27. Gestão de Riscos da Atividade

A Companhia tem implementado um sistema de gestão de riscos que se centra num processo de governação baseado no modelo das três linhas de defesa, no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela aceitação, gestão, monitorização e reporte dos riscos, permitindo assim à Companhia cumprir o seu principal objetivo, que passa essencialmente por acrescentar valor ao seu negócio.

Assim, a primeira linha de defesa é composta pelas unidades operacionais que assumem os riscos e são responsáveis pela sua gestão numa base diária. A segunda linha de defesa integra as funções de gestão de risco, *compliance* e atuarial, que colaboram com as unidades operacionais na gestão e controlo dos diversos riscos. Por último, a terceira linha de defesa, que tem como objetivo avaliar de forma independente a efetividade do modelo de governo, do sistema de gestão de risco e dos controlos implementados, é assegurada pela função de auditoria interna.

Neste âmbito, as principais responsabilidades atribuídas às funções mencionadas anteriormente são:

Função de gestão de risco:

- Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequada e fundamentada;
- Identificar, mensurar e monitorizar os riscos a que Companhia está exposta, incluindo as interligações entre eles e os riscos potenciais e emergentes;
- Promover a definição do apetite ao risco e tolerância e monitorizar o seu cumprimento;
- Produzir orientações para o desenvolvimento das estratégias e processos para identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte dos riscos da Companhia;
- Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco;
- Produzir relatórios quantitativos e qualitativos de análise de risco, internos e externos, incluindo o relatório do exercício ORSA.

Função atuarial:

- Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial, no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

Função de verificação do cumprimento (compliance):

- Exercer assessoria ao Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- Identificar e avaliar o risco de incumprimento legal;
- Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;
- Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

Função de auditoria interna:

- Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade, a Aegon Santander Portugal Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

A. RISCO ESPECÍFICO DE SEGURO

Definido como o risco inerente à comercialização dos contratos de seguro, o risco específico de seguros reflete o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza os custos reais efetivos que a Companhia terá que incorrer, por forma a assegurar o cumprimento integral de todas as responsabilidades assumidas, nem o momento em que estes ocorrerão. Estes riscos estão, principalmente, associados aos processos de desenho e tarificação de produtos, de subscrição, de provisionamento, de gestão de sinistros e de resseguro.

Da análise ao perfil de risco da Companhia, identificaram-se os seguintes riscos específicos de seguros: mortalidade, invalidez, despesas, descontinuidade, catastrófico e riscos de natureza não vida.

O risco de mortalidade, que é originado por um aumento da taxa de mortalidade, tem impacto em contratos de seguros que garantem capitais em caso de morte. Assim, com base na observação dos dados de carteira e de mercado, a Companhia efetua estudos de mortalidade que possibilitam definir pressupostos de projeção de *cash-flows* futuros relativos ao comportamento da mortalidade esperada da sua carteira de responsabilidades. As tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95.

Por sua vez, o risco de invalidez, que representa as perdas associadas a diferenças nas taxas de invalidez reais face às esperadas, é avaliado à semelhança do que é efetuado para o risco de mortalidade, isto é, com base em estudos que visam a revisão regular dos pressupostos de invalidez.

O risco associado a variações nas despesas de gestão é capturado através da análise do risco de despesas. Este risco é monitorizado através do acompanhamento regular da estrutura de custos utilizada em processos de tarificação, projeção de *cash-flows*, etc. e aferido com base na sua comparação com a estrutura de custos reais. São adicionalmente efetuadas análises de sensibilidade, por forma a averiguar o seu impacto no capital da Companhia.

O risco de cessação do pagamento de prémios e de anulação de apólices é capturado no risco de descontinuidade. A Companhia monitoriza a evolução da taxa de anulação de modo a estimar o impacto das anulações no valor da carteira. Adicionalmente são realizadas análises de sensibilidade a variações na taxa de anulação por forma a aferir o nível de exposição a este risco.

Os eventos extremos ou irregulares, cujos efeitos não são suficientemente capturados nos outros riscos específicos de seguro, são incluídos no âmbito do risco catastrófico. Normalmente decorrem de um evento específico com impacto em diversos tomadores de seguros, devido a um acréscimo dos diferentes fatores de risco em resultado de um evento de contágio, por um curto período de tempo.

A última categoria de risco específico de seguros que a Companhia se encontra exposta diz respeito aos riscos relacionados com as coberturas complementares de desemprego e doenças graves.

Estes riscos são geridos com base nas políticas de subscrição, tarificação e desenvolvimento de produtos, resseguro e provisões técnicas e no documento "Estratégia de Risco e Tolerância", onde se estabelecem os limites de consumo de capital por categoria de risco.

Assim, a Política de Subscrição pretende assegurar que a Companhia mantém práticas de subscrição consistentes com o perfil de risco definido pelo Órgão de Administração, enquanto a Política de Tarificação e Desenvolvimento de Produtos contempla os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimentos, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

Para tal, existem procedimentos internos definidos que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos. Estas regras têm por base análises estatísticas efetuadas a vários indicadores da carteira, de forma a estabelecer o melhor preço possível face ao preço do risco. É também considerada a informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia. A adequação da tarifa é testada através de técnicas atuariais de projeção de *cash-flows*, enquanto a rentabilidade de cada produto é monitorizada anualmente.

A Política de Provisões Técnicas tem como principal objetivo assegurar que as provisões técnicas da Companhia representam, a qualquer momento, o valor atual das responsabilidades futuras assumidas por si no decurso da sua atividade. Como tal, apresenta as regras e controlos necessários ao processo de modo a dotar a Companhia de um nível de provisionamento adequado e suficiente.

Assim, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos. O nível de adequação das estimativas das responsabilidades da atividade da Companhia é revisto anualmente e, caso se verifique um nível de insuficiência, é imediatamente reconhecida uma provisão adicional, por forma a cobrir o valor atual dos *cash-flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões).

Por último, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores selecionados são adequados e que não existe uma excessiva concentração por contraparte, permitindo assim cumprir com o principal objetivo do resseguro, que é limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro.

A Companhia celebra tratados de resseguro por forma a limitar os custos resultantes do aumento da sinistralidade no conjunto da carteira, apesar das exposições individuais estarem dentro dos limites internos definidos. No que diz respeito aos tratados de resseguro que a Companhia dispõe atualmente para mitigação do risco específico de seguro intrínseco ao seu negócio, estes podem ser agrupados em dois conjuntos distintos - os tratados já existentes e os que transitaram na sequência da migração da carteira da Eurovida.

Um tratado de *quota-share* e um *surplus* facultativo cobrem os riscos de morte e invalidez de responsabilidades de seguros relativos às apólices transferidas aquando da constituição da Companhia, isto é, apólices emitidas até 31 de dezembro de 2014. Um tratado *surplus* e um *excess of loss* catastrófico aplica-se às coberturas de morte e invalidez relativas ao novo negócio iniciado a partir de 1 de janeiro de 2015. Os riscos específicos de seguros de não vida que resultam das coberturas complementares de desemprego e doenças graves estão ressegurados através de dois tratados *quota share*, um por cada tipo de cobertura.

Nos tratados de resseguro que cobrem as responsabilidades migradas da Eurovida incluem-se a cobertura do risco de morte, que se encontra ressegurada por um tratado *surplus*. Existe um tratado de resseguro *quota-share*, na sequência do acordo celebrado com a Scor em 2013, onde a Eurovida cedeu 95% dos riscos de mortalidade e de invalidez. A cobertura de assistência encontra-se ressegurada através de um *quota-share*. Finalmente, a cobertura complementar de doenças graves está ressegurada através de um tratado *quota-share*.

As principais características dos tratados de resseguro estão resumidas na tabela que se segue:

NOME DO TRATADO	TIPO DE TRATADO	RETENÇÃO DA COMPANHIA	LIMITE DO TRATADO
Vida Risco 2014	Proporcional <i>Quota-Share</i>	69%	362 319 € (*)
Vida Risco 2014 Facultativo	Proporcional <i>Surplus</i> Facultativo	362 319 € (*)	2 500 000 €
Vida Risco 2015	Proporcional <i>Surplus</i>	45 000 € (*)	2 000 000 €
Vida Risco CAT	Não proporcional <i>Excess of Loss</i>	135 000 €	10 000 000 €
Desemprego	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Doenças graves	Proporcional <i>Quota-Share</i>	30%	-
Vida (apólices ex-Eurovida)	Proporcional <i>Surplus</i>	75 000 € (*)	1 000 000 €
Scor (apólices ex-Eurovida)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	5%	-
Assistência e proteção jurídica (apólices ex-Eurovida)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Doenças graves (apólices ex-Eurovida)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	-

(*) por pessoa segura/sinistro

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro referentes às coberturas de mortalidade e de invalidez:

RISCOS (2021)	EUROS				
	BASE	SENS +5%	SENS -5%	SENS +5PP	SENS -5PP
Mortalidade	5 311 497	6 386 125	4 991 604	8 692 893	4 991 604
Invalidez	2 731 372	3 283 986	2 566 871	4 470 213	2 566 871

RISCOS (2020)	EUROS				
	BASE	SENS +5%	SENS -5%	SENS +5PP	SENS -5PP
Mortalidade	5 600 461	6 752 432	4 892 140	9 231 885	4 892 140
Invalidez	2 405 151	2 899 872	2 100 959	3 964 688	2 100 959

As sensibilidades apresentadas são aplicadas diretamente à tábua de mortalidade, que foi calibrada com base na sinistralidade verificada nas coberturas de morte e invalidez.

B. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado contempla os riscos decorrentes de variações adversas no valor dos ativos ou passivos relacionados com alterações nos mercados financeiros, em especial pelas variações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro.

Como tal, o conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

A Companhia definiu no âmbito do seu sistema de gestão de riscos uma Política de Investimentos. Esta política rege-se por um elevado grau de prudência, que se traduz em baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação. Adicionalmente, refira-se que a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial nem aos riscos de derivados.

O Comité de Risco tem como responsabilidade a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco da Companhia. Adicionalmente verifica a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitoriza a atividade relacionada com a sua gestão. Além disso, controla os níveis dos riscos de mercado com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

- **Nível 1** – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- **Nível 2** – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- **Nível 3** – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os quadros seguintes apresentam a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2021 e 2020:

EUROS

2021	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	81 485 753	-	-	81 485 753	81 485 753
TOTAL	81 485 753	-	-	81 485 753	81 485 753

EUROS

2020	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	73 832 548	-	-	73 832 548	73 832 548
TOTAL	73 832 548	-	-	73 832 548	73 832 548

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Todos os ativos e passivos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

Risco acionista

O risco acionista resulta do nível ou volatilidade dos preços de mercado de capitais. De referir que, de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual valorizada ao custo num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE.

Risco imobiliário

A volatilidade dos preços do mercado imobiliário é capturada através do risco imobiliário. Como referido, a Companhia não se encontra exposta a este tipo de risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto a ativos como a passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Analisando os ativos da Companhia, constata-se que este risco se encontra apenas nas obrigações que esta detém, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis. Enquanto, do lado dos passivos, este risco é residual.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2021 e 2020:

EUROS

	2021		2020	
	VALOR	PROPORÇÃO	VALOR	PROPORÇÃO
Obrigações de taxa fixa	75 467 750	93%	70 163 158	95%
Obrigações de taxa variável	6 018 003	7%	3 669 389	5%
TOTAL	81 485 753	100%	73 832 548	100%

O cenário que poderá implicar uma perda de valor dos ativos financeiros é o de subida das taxas de juro. Este efeito pode ser verificado no quadro seguinte, onde estão apresentadas as sensibilidades dos ativos financeiros disponíveis para venda a alterações nas taxas de juro:

EUROS

2021	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros disponíveis para venda	86 501 716	83 993 735	82 739 744	81 485 753	80 231 762	78 977 771	76 469 790
Impacto	5 015 963	2 507 982	1 253 991	-	(1 253 991)	(2 507 982)	(5 015 963)

EUROS

2020	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros disponíveis para venda	77 896 219	75 864 383	74 848 466	73 832 548	72 816 630	71 800 712	69 768 876
Impacto	4 063 672	2 031 836	1 015 918	-	(1 015 918)	(2 031 836)	(4 063 672)

Risco de spread

O risco de *spread* refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Risco de concentração

Este risco surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas. Resulta da volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor.

Por ser um risco plenamente diversificável, a Companhia definiu limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes na Política de Investimentos por forma a reduzir a sua exposição.

À data de 31 de dezembro de 2021 e 2020, a carteira de ativos financeiros por setores de atividade apresentava a seguinte composição:

SETOR DE ATIVIDADE	2021		2020	
	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)
Governmental	27 781 084	34,09%	26 029 301	35,25%
Financeiro	27 622 807	33,90%	24 891 859	33,71%
Utilities	4 861 038	5,97%	2 015 555	2,73%
Asset backed securities	4 709 345	5,78%	7 253 679	9,82%
Energia	3 560 164	4,37%	4 627 565	6,27%
Consumo, cíclico	3 477 722	4,27%	2 717 471	3,68%
Tecnologia	3 130 457	3,84%	430 563	0,58%
Multinacional	1 728 957	2,12%	565 274	0,77%
Industrial	1 419 204	1,74%	1 436 018	1,94%
Infraestrutura	1 361 302	1,67%	1 365 150	1,85%
Materiais básicos	1 072 084	1,32%	1 086 264	1,47%
Comunicações	761 589	0,93%	796 797	1,08%
Consumo, não cíclico	-	0,00%	617 052	0,84%
TOTAL	81 485 753	100,00%	73 832 548	100,00%

EUROS

C. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco relativo à possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores, à medida que elas se vençam, traduz-se no risco de liquidez.

Por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos, a Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos/limites que a carteira de investimentos deve apresentar. A Companhia monitoriza regularmente as suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa, ajustando a sua posição de acordo as suas necessidades/excedentes de capital mediante a realização de investimentos.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada no seguinte quadro:

2021	EUROS					SEM MATURIDADE DEFINIDA	TOTAL
	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS		
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	8 153 985	8 153 985
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 746 605	5 838 082	33 167 280	15 397 745	22 336 040	-	81 485 753
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 504 247	-	-	-	-	-	3 504 247
TOTAL	8 250 851	5 838 082	33 167 280	15 397 745	22 336 040	8 154 085	93 144 084
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	3 128 039	-	-	-	-	-	3 128 039
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	4 832 051	-	-	-	-	-	4 832 051
Contas a pagar por operações de resseguro	6 324 372	-	-	-	-	-	6 324 372
Contas a pagar por outras operações	24 963	-	-	-	-	-	24 963
TOTAL	14 309 424	-	-	-	-	-	14 309 424

2020	EUROS					SEM MATURIDADE DEFINIDA	TOTAL
	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS		
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	16 342 299	16 342 299
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 062 236	4 720 742	24 545 121	24 184 937	19 319 511	-	73 832 548
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 163 355	-	-	-	-	-	3 163 355
TOTAL	4 225 591	4 720 742	24 545 121	24 184 937	19 319 511	16 342 399	93 338 301
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	4 180 968	-	-	-	-	-	4 180 968
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	3 286 043	-	-	-	-	-	3,286,043
Contas a pagar por operações de resseguro	6 382 453	-	-	-	-	-	6 382 453
Contas a pagar por outras operações	542 547	-	-	-	-	10 714 019	11 256 566
TOTAL	14 392 011	-	-	-	-	10 714 019	25 106 030

Os valores dos depósitos recebidos de resseguradores foram considerados com maturidade até 3 meses, dado que os mesmos são recalculados numa base trimestral. Ver Nota 23.

D. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes.

Analisando as exposições da Companhia, verifica-se que este risco se encontra principalmente na carteira de investimentos, empresas de resseguro e clientes. Como tal, a Companhia tem definidos limites de exposição máxima por emissor e *rating* na sua Política de Investimentos. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por resseguradora.

Assim, na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e monitorizada, periodicamente, a evolução ao longo do ano.

A exposição da Companhia ao risco de crédito por *rating* do emitente, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontra-se no quadro que se segue:

EUROS						
2021	AAA	AA	A	BBB	SEM RATING	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	8 153 985	-	-	8 153 985
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 324 437	3 946 652	43 434 610	25 780 054	-	81 485 753
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	3 504 247	3 504 247
	8 324 437	3 946 652	51 588 595	25 780 054	3 504 347	93 144 084

EUROS						
2020	AAA	AA	A	BBB	SEM RATING	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	16 342,299	-	-	16 342 299
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 526 367	5 200 936	36 415 680	23 689 565	-	73 832 548
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	3 163 355	3 163 355
	8 526 367	5 200 936	52 757 978	23 689 565	3 163 455	93 338 301

Os quadros seguintes apresentam os *ratings* atribuídos a cada um dos resseguradores e a sua participação nos tratados de resseguro:

RESSEGURADOR	RATING		
	S&P	MOODY'S	FITCH
AXA France Vie	A	A2	A
IPA	NR	NR	NR
GenRe	AA+	Aa1	-
HannoverRe	AA-	-	-
MapfreRe	A+	-	-
MunichRe	AA-	Aa3	AA-
NacionalRe	A	-	-
PartnerRe	A+	-	-
RGA	AA-	-	-
SCOR Global Life	AA-	Aa3	A+
SwissRe	AA-	Aa3	-

RESSEGURADOR	PARTICIPAÇÃO										
	VIDA RISCO 2014	VIDA RISCO 2014 FAC	VIDA RISCO 2015	VIDA RISCO CAT	DESEMPREGO (*)		DOENÇAS GRAVES	VIDA (APÓLICES EX-EURO-VIDA)	SCOR (APÓLICES EX-EURO-VIDA)	ASSIS-TÊNCIA E PROTEÇÃO JURÍDICA (APÓLICES EX-VIDA)	DOENÇAS GRAVES (APÓLICES EX-EURO-VIDA)
					ATÉ FINAL 2019	A PARTIR 2020					
AXA	-	-	-	-	75,50%	100,00%	-	-	-	-	-
IPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	-
GenRe	49,68%	100,00%	-	50,00%	-	-	10,00%	-	-	-	-
HannoverRe	-	-	-	-	-	-	-	20,00%	-	-	100,00%
Santander Totta Seguros, S.A.Re	-	-	10,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
MunichRe	5,89%	-	35,00%	-	-	-	100,00%	20,00%	-	-	-
NacionalRe	-	-	15,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
PartnerRe	28,21%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RGA	-	-	20,00%	30,00%	24,50%	-	-	20,00%	-	-	-
SCOR Global Life	-	-	20,00%	-	-	-	-	-	100,00%	-	-
SwissRe	16,22%	-	-	20,00%	-	-	-	30,00%	-	-	-
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) contratos subscritos

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre a 31 de dezembro de 2021 e 2020:

EMITENTE	2021		2020	
	VALOR DE BALANÇO	PESO	VALOR DE BALANÇO	PESO
Portugal	12 086 046	43,50%	11 086 597	42,59%
Holanda	6 253 982	22,51%	6 410 882	24,63%
Espanha	3 377 463	12,16%	2 317 455	8,90%
Polónia	2 895 010	10,42%	3 002 357	11,53%
Itália	2 130 843	7,67%	2 150 936	8,26%
Alemanha	1 037 740	3,74%	1 061 075	4,08%
	27 781 084	100,00%	26 029 301	100,00%

E. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional que resulta da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, pode ser subdividido nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade ou falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

As principais medidas de mitigação do risco operacional existentes na Companhia são:

- Existência de um Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas;
- Implementação de novos mecanismos de análise da relação e fluxo de informação com entidades subcontratadas, nomeadamente no que respeita a requisitos decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a assegurar que o sistema de controlo interno apresenta um nível de robustez suficiente para minimizar a ocorrência de perdas financeiras originadas, direta ou indiretamente, pelos riscos atrás mencionados, foram definidos os responsáveis pelos diferentes processos.

Assim, a Companhia dispõe de uma ferramenta que possibilita ao responsável por cada processo reportar, trimestralmente, a informação relevante referente aos controlos operacionais e indicadores de controlo e efetuar a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente, a área de controlo interno analisa a informação reportada, produz relatórios e, caso se justifique, emite recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também são monitorizados.

Adicionalmente, a Companhia mantém um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo, desta forma, monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos, que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorram no futuro.

Por último, integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal, que engloba, entre outros, o risco que decorre da exposição da Companhia a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão.

Para além das medidas mencionadas anteriormente, a Companhia dispõe das seguintes medidas de mitigação do risco legal:

- Existência/formalização de diversas políticas transversais a toda a Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- Existência de procedimentos formais para a monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita;
- Implementação de mecanismos de monitorização do cumprimento das regras decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, de modo a mitigar riscos legais e aplicação de coimas;
- Implementação de regras decorrentes do disposto na Diretiva de Distribuição de Seguros.

F. RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional pode ser definido como o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos, mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas que permitem mitigar este risco:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária/comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;

- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação de uma política de proteção de dados;
- Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais;
- Nomeação de um *Data Protection Officer* como meio de assegurar a conformidade e a proteção dos dados, com destaque para os dados de clientes, incluindo dados sensíveis.

G. RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os diferentes fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Assim, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração, por forma gerir este risco. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

28. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvência robustos, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do ano de 2021, a Companhia desenvolveu os diversos processos respeitantes ao regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de Setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital a 31 de dezembro de 2021.

O rácio de solvência a 31 de dezembro de 2021 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2022.

29. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Anexo I

EUROS

CATEGORIA	DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
					UNITÁRIO (INCLUI JUROS DECORRIDOS)	TOTAL
Títulos nacionais						
Dívida pública						
	PORTUGAL 1,95% 15/06/2029 (9596)	2 350 000	115,23	2 707 975	114,38	2 687 840
	PORTUGAL 2,125% 17/10/2028 (10031)	700 000	115,38	807 653	114,40	800 798
	PORTUGAL 2,2% 17/10/2022 (8912)	1 230 000	105,99	1 303 623	102,76	1 263 961
	PORTUGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)	1 500 000	98,52	1 477 850	115,60	1 734 044
	PORTUGAL 4,125% 14/04/2027 (9441)	2 600 000	127,23	3 307 980	125,61	3 265 955
	PORTUGAL 4,95% 25/10/2023 (6756)	2 100 000	123,71	2 597 905	111,12	2 333 449
Outros emissores						
	METRO DE LISBOA 4,799% 07/12/2027 (6146)	600 000	137,55	825 300	126,93	761 589
Títulos estrangeiros						
Ações						
	PARTICIPACIONES AEGON AIE (6820)	100	100	100	100	100
Dívida pública						
	ALEMANIA 1,5% 15/02/2023 (8419)	1 000 000	106,87	1 068 700	103,77	1 037 740
	ESPAÑA 0,60% 31/10/2029 (9656)	1 100 000	102,91	1 132 010	102,65	1 129 175
	ESPAÑA 2,75% 31/10/2024 (8339)	2 050 000	111,63	2 288 468	109,67	2 248 288
	FLO - ITALIA 0,427% 15/07/2023 (8980)	700 000	100,40	702 821	100,97	706 798
	HOLANDA 1,75% 15/07/2023 (8406)	5 000 000	108,55	5 427 400	104,56	5 228 114
	HOLANDA 2,25% 15/07/2022 (8420)	1 000 000	111,27	1 112 700	102,59	1 025 868
	ITALIA 0,65% 15/10/2023 (9181)	1 400 000	99,28	1 389 934	101,72	1 424 045
	POLONIA 3% 15/01/2024 (8997)	850 000	114,99	977 432	109,51	930 867
	POLONIA 3,375% 09/07/2024 (7587)	1 780 000	117,06	2 083 685	110,35	1 964 144
Outros emissores						
	AMERICAN 0,3% 07/07/2028 (10047)	1 400 000	100,87	1 412 180	98,99	1 385 914
	CAF 0,625% 20/11/2026 (9689)	1 350 000	100,54	1 357 290	100,84	1 361 302
	APPLE 1% 10/11/2022 (8401)	1 400 000	103,31	1 446 408	101,37	1 419 204
	BANK OF AMERICA 0,75% 26/07/2023 (9178)	550 000	99,78	548 790	101,70	559 359
	BLACKSTONE 1,00% 05/10/2026 (9483)	1 000 000	103,92	1 039 190	102,85	1 028 454
	BMW 1,00% 15/02/2022 (8550)	500 000	99,95	499 770	101,05	505 230
	BP CAPITA 2,213% 25/09/2026 (9842)	1 000 000	112,26	1 122 590	109,76	1 097 551
	BPCE 1% 01/04/2025 (9691)	700 000	103,06	721 427	103,34	723 378
	CA 0,5% 24/06/2024 (9822)	1 600 000	100,03	1 600 496	101,54	1 624 628
	CA 1,375% 13/03/2025 (9693)	900 000	105,35	948 150	105,00	944 989
	CAIXABANK 0,625% 01/10/2024 (9616)	700 000	99,90	699 321	101,25	708 784
	CAJAMAR 1,25% 26/01/2022 (9024)	500 000	103,20	516 000	101,26	506 285
	CALL - LLOYDS BA 0,5% 12/11/2025 (9731)	800 000	101,53	812 248	101,04	808 353
	CALL - ANHEUSER- 1,15% 22/01/2027 (9250)	400 000	105,39	421 572	105,03	420 134
	CALL - AT&T 1,45% 01/06/2022 (8925)	550 000	103,11	567 116	101,11	556 106
	CALL - BG ENERGY 2,25% 21/11/2029 (10048)	1 200 000	116,29	1 395 480	111,07	1 332 787
	CALL - CCEP 0,50% 06/09/2029 (10051)	1 000 000	101,67	1 016 650	98,77	987 709
	CALL - CEZ AS 0,875% 02/12/2026 (9683)	1 000 000	99,54	995 400	102,00	1 020 045
	CALL - HITACHI 0,125% 29/11/2022 (9677)	510 000	99,71	508 536	100,33	511 688
	CALL - ING GROEP 0,1% 03/09/2025 (9755)	2 000 000	99,46	1 989 240	99,92	1 998 352
	CALL - JPM 0,625% 25/01/2024 (9439)	2 200 000	101,86	2 240 960	102,11	2 246 402
	CALL - JPMORGAN 1,09% 11/03/27 (9461)	900 000	105,29	947 610	103,71	933 390
	CALL - MAERSK 1,75% 16/03/2026 (9544)	1 000 000	104,42	1 044 160	107,21	1 072 084
	CALL - MERLIN 2,375% 23/05/2022 (8927)	600 000	105,97	635 820	101,78	610 659
	CALL - RENAULT 1,00% 17/05/2023 (9338)	620 000	99,98	619 876	101,58	629 781
	CALL - UBS 0,25% 05/11/2028 (10052)	1 600 000	99,80	1 596 768	98,19	1 571 110
	CALL - UNIBAIL 1,00% 27/02/2027 (9643)	500 000	104,38	521 920	103,27	516 345
	CALL TELEFONICA 1,447% 22/01/2027 (9458)	1 100 000	106,52	1 171 720	106,62	1 172 851
	CEZCO 4,875 % 16/4/2025 (6642)	1 000 000	121,20	1 212 000	118,88	1 188 792
	DAIMLER 1,50% 09/02/2027 (9644)	800 000	107,59	860 696	107,90	863 165
	EDF 3,875% 18/01/2022 (8180)	1 500 000	117,93	1 768 890	103,85	1 557 704
	EDF 4,125% 25/03/2027 (9645)	600 000	127,98	767 904	122,25	733 480
	ENI SPA 1,25% 18/05/2026 (9926)	1 000 000	106,55	1 065 540	104,74	1 047 384
	JEFFERIES 1,00% 19/07/2024 (9535)	1 165 000	100,13	1 166 483	102,57	1 194 906
	MORGAN STANLEY 1,75% 11/03/2024 (9195)	1 600 000	104,62	1 673 920	105,30	1 684 726
	MS 1,875% 30/03/2023 (9339)	200 000	104,49	208 982	104,03	208 064
	NAB 2,25% 06/06/2025 (9363)	390 000	110,28	430 108	109,20	425 896
	NATIONWID 0,75% 26/10/2022 (8991)	600 000	102,20	613 200	101,14	606 820
	NATWEST 1,00% 28/05/2024 (9545)	3 500 000	102,29	3 580 255	102,96	3 603 618
	POPULAR 1,00% 03/03/2022 (8582)	1 000 000	100,00	1 000 000	101,06	1 010 621
	RABOBANK 0,25% 30/10/2026 (9688)	500 000	99,44	497 185	100,36	501 782
	RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	200 000	99,60	199 206	104,66	209 324
	SANTANDER 0,75% 09/09/2022 (8530)	1 000 000	99,35	993 500	101,05	1 010 542
	SKANDINAVISKA 0,375% 21/06/2028 (10028)	700 000	99,56	696 920	99,01	693 044
	SVENSKA 0,01% 02/12/2027 (10088)	3 000 000	97,95	2 938 500	97,46	2 923 914
	TOYOTA 0,125% 05/11/2027 (10029)	1 500 000	99,57	1 493 550	98,46	1 476 948
	UNILEVER 1,375% 31/07/2029 (10017)	1 600 000	109,65	1 754 416	107,66	1 722 614
	WELLS FARGO 0,5% 26/04/2024 (9503)	2 000 000	100,71	2 014 208	101,34	2 026 862

Anexo II

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS

EUROS

RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/2020	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/2020	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/2020	REAJUSTAMENTOS
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	17 434 985	7 912 744	9 525 614	3 373

* Sinistros ocorridos em anos anteriores

03

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2021

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2021, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As dez reuniões que o Conselho Fiscal efetuou relacionadas designadamente com o acompanhamento da atividade e com as contas de 2021 da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo cinco delas contado com a presença do Administrador Delegado, do Diretor Financeiro e de representantes do Revisor Oficial de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2021 a submeter à aprovação da Assembleia Geral, bem como na reunião deste órgão em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2020.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes do Revisor Oficial de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2021, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação mensal sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, ao relatório ORSA, ao relatório anual de *compliance* e aos relatórios da auditoria interna.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual a fim de ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados. Foi acompanhado o desenvolvimento do processo de implementação da IFRS 17, que entrará em vigor no ano de 2023.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, pelo que o Conselho Fiscal: (i) entende que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia e (ii) salienta que naquela informação se inclui a convicção do Conselho de Administração de que, pese embora ter sido um ano ainda significativamente marcado pela pandemia Covid-19, a Companhia reagiu bem aos desafios dela derivados e está bem posicionada perante os clientes que procuram marcas de confiança, soluções de valor, conveniência e serviços fiáveis.

Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho. Foram, ainda, analisados os pedidos de aprovação prévia quanto à prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria não proibidos e, conseqüentemente, emitidos os correspondentes pareceres de aprovação.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2021;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 26 de março de 2021

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **JOSÉ DUARTE ASSUNÇÃO DIAS**
Num. de Identificação: 00362136
Data: 2022.03.26 17:44:12+00'00'

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

Assinado por: **António Baia Engana**
Num. de Identificação: 01121249
Data: 2022.03.26 16:18:28+00'00'

António Baia Engana (Vogal)

Assinado por: **Maria Manuela de Carvalho Silva
Vinhas Lourenço**
Num. de Identificação: 01264171
Data: 2022.03.26 17:11:33+00'00'

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

04

Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 128.745 milhares euros e um total de capital próprio de 40.286 milhares euros, incluindo um resultado líquido de 17.716 milhares euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Recepção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Ativo intangível - Carteiras de seguros de vida risco

Mensuração e divulgações relacionadas com o ativo intangível relativo às carteiras de seguros de vida risco, apresentadas nas notas anexas 1, 2 c), 3 e 18 às demonstrações financeiras.

O montante do ativo intangível relativo às carteiras de seguros de vida risco apresentado na demonstração da posição financeira ascende a 7.233 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2014 e após constituição da Aegon Santander Portugal Vida, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. transferiu para a Entidade uma carteira de seguros relativa a apólices de seguros de vida risco individual, subscritas a partir de 1 de julho de 2012 através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. A referida carteira de seguros foi reconhecida pelo montante inicial de 9.300 milhares de euros, a amortizar ao longo do período em que se espera que a mesma venha a gerar benefícios económicos para a Entidade.

Subsequentemente, no final de 2018, a Entidade celebrou com a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. um contrato através do qual adquiriria uma carteira de apólices de seguros de vida originalmente comercializadas pela extinta Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., juntamente com elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetos à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, o qual se concretizou no final de 2019, pelo montante total de 6.336 milhares de euros.

De forma a aferir sobre a recuperabilidade dos valores líquidos contabilísticos das referidas carteiras a Entidade analisa, anualmente, se existem indícios de imparidade, tendo em consideração a expectativa dos fluxos de caixa futuros associados às apólices

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da recuperabilidade do ativo intangível reconhecido;
- Apreciação da metodologia adotada para testar a existência de indícios de imparidade e para o reconhecimento de amortizações.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Entidade nas notas anexas às demonstrações financeiras estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
transferidas, os pressupostos inerentes à evolução das carteiras e as condições atuais do mercado.	
Nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	
Provisões técnicas de seguro direto	
<u>Mensuração e divulgações relacionadas com as provisões técnicas de seguro direto, apresentadas nas notas anexas 2 I), 3 e 19 às demonstrações financeiras.</u>	
As provisões técnicas de seguro direto apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 68.936 milhares de euros, representando 78% do total do passivo da Entidade em 31 de dezembro de 2021.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:
As responsabilidades futuras da Entidade, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Entidade e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário.	<ul style="list-style-type: none"> Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas às provisões técnicas de seguro direto; Verificação da efetividade dos controlos implementados pela Entidade; Realização de procedimentos substantivos e de revisão analítica.
As referidas responsabilidades de seguro direto, decorrentes dos contratos de seguro celebrados pela Entidade, respeitam à provisão matemática, à provisão para sinistros e à provisão para participação nos resultados. Os pressupostos utilizados na determinação das referidas provisões técnicas poderão ser afetados por eventos internos e/ou externos, tais como alterações nos procedimentos de gestão de sinistros, mortalidade, inflação e alterações legais.	Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Entidade nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente às provisões técnicas de seguro direto estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.
Nesta medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares

aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para um triénio compreendido entre 2015 e 2017, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de março de 2021 para o triénio compreendido entre 2021 e 2023;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

25 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC n.º 904
Registado na CMVM com o n.º 20160523



SEGUROS VIDA

Saiba mais em www.aegon-santander.pt